



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0460/15	DATA: 05/05/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 18h10min	PÁGINAS: 72

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JACQUELINE SINHORETTO - Membro do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos — GEVAC da Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR.
BEATRIZ LOURENÇO DO NASCIMENTO - Dirigente do Levante Popular da Juventude.
DENNIS DE OLIVEIRA - Representante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Do Negro Brasileiro — NEINB, da Universidade de São Paulo - USP.
JOSELICIO JÚNIOR - Dirigente do Círculo Palmarino e Presidente do Instituto de Estudos Afro-brasileiros Manuel Querino.
LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA - Representante do Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo — FEJUNES.

SUMÁRIO

Votação de requerimentos. Debate sobre dados da pesquisa Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo, realizada pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos — GEVAC, da Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência contra jovens negros e pobres com um boa-tarde a todos e a todas.

Informo que a Comissão esteve no Rio de Janeiro. Pela manhã houve uma audiência pública conjunta, da qual participaram duas Comissões da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão; na parte da tarde realizamos outra audiência pública, da qual participaram entidades representativas da comunidade e diversos movimentos sociais.

Passo ao item 2 da nossa pauta.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 8ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 28 de abril.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Jean Wyllys.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Informo também que foi indicado para fazer parte desta Comissão o Deputado Glauber Braga, do PSB do Rio de Janeiro. Seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, V.Exa. não deseja que aprovemos os requerimentos antes de abirmos a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

Então vamos passar para o item dos requerimentos.

Submeto à apreciação da Comissão o Requerimento nº 30, de 2015, do Sr. Luiz Couto.

Há uma solicitação aqui do Deputado Jean Wyllys para subscrevê-lo.



Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, eu subscrevo o requerimento do Deputado Luiz Couto, um requerimento que está dentro dos princípios e objetivos desta Comissão, que é avaliar, investigar e também sugerir respostas legislativas e de políticas públicas para as mortes, extermínio ou genocídio... Há diferentes grupos, e cada um utiliza uma palavra, mas aqui estamos nos referindo às mortes dos jovens negros e pobres.

Então, é um requerimento para convidar o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o professor da Universidade de Brasília Evandro Piza Duarte, para contribuírem com este trabalho. O Ministro da Justiça vem falar sobre as políticas públicas atuais e as que o Ministério pretende adotar para conter a escalada dessas mortes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contrariamente à matéria. Não havendo quem o queira fazer, passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 30/15, do Deputado Luiz Couto, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento de nº 30/15.

Requerimento nº 31/15, do Sr. Luiz Couto, também subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Este requerimento, de autoria do Deputado Luiz Couto, tem por objetivo convidar também para falar aqui a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR e a Secretaria Nacional de Juventude, que é uma Secretaria ligada à Presidência da República.

A ideia deste requerimento é coletar dados da SEPPIR, que é uma Secretaria envolvida na promoção da igualdade racial. E não há promoção da igualdade racial sem se enfrentar o racismo institucional. Uma das facetas do racismo institucional é a ação das polícias nas periferias e o modo seletivo como o abuso da violência policial é feito.



Por esse motivo, estamos convidando a Ministra da SEPPIR e o representante da Secretaria Nacional de Juventude para falarem nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contrariamente.

Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 31/15, do Deputado Luiz Couto, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputado Luiz Couto, V.Exa. deseja usar a palavra? Acabei de subscrever e defender o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto. Os requerimentos de V.Exa. foram subscritos pelo Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quero agradecer a ele, Sr. Presidente. Nós estávamos na Comissão de Justiça. Eu era o único Deputado do PT. Nenhum outro estava lá. Então fui avisado de que tinha sido alcançado o quórum aqui. Quero agradecer ao Deputado Jean Wyllys o apoio. Nós também, na Comissão de Direitos Humanos, muitas vezes, quando o Deputado não está, subscrevemos os seus requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado pela contribuição, Deputado Luiz Couto.

Passemos à apreciação do Requerimento nº 32/15, do Sr. Paulão, também subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys para encaminhamento do requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bom, a quantidade de atores sociais que esta CPI pretende ouvir é a maior possível. Nós queremos ouvir todas as vozes que possam contribuir para o alcance do objetivo que nós pretendemos atingir nesta CPI, que, volto a dizer, é apresentar um diagnóstico, mas também apresentar um remédio, por meio de políticas públicas, sugestões e indicações ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário.



E, nessa perspectiva de ouvir o maior número de atores possível envolvidos nessa questão, nós requeremos a presença do Sr. Marcelo Godoy, que é jornalista e autor do livro *A Casa da Vovó*, para prestar depoimento sobre o fato investigado, sobre o objeto investigado nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Passamos à votação.

Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós estamos no item 3, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Item 4.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Apenas para consideração de V.Exas., nós estamos numa CPI com um objetivo e estamos falando em convocar alguém que é até meu amigo pessoal, excepcional jornalista, o Marcelo Godoy. Ele lançou o livro *A Casa da Vovó*, que se refere, em tese, às instalações do DOI-CODI em São Paulo. E ele vai prestar um depoimento que eu não vejo que possa ter a mínima relevância com qualquer fato objeto de investigação da CPI.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem um objetivo muito próprio, tem avançado com bastante propriedade, com depoimentos que devem ensejar um trabalho profícuo na Câmara Federal. E eu entendo que trazer aqui o Marcelo Godoy para falar do livro *A Casa da Vovó*, que era o apelido da sede do DOI-CODI — já vi, inclusive, o trabalho —, não tem a menor ligação ou relevância com o trabalho da CPI. Passa a ter um lado que acaba desconsiderando a própria existência da CPI.

Portanto, a minha manifestação é completamente contrária a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o autor do requerimento, que o subscreveu junto com o Deputado Paulão, Deputado Jean Wyllys. Depois, falará o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu discordo inteiramente do Deputado Major Olimpio. Talvez o Deputado Major Olimpio não tenha memória ou não tenha lido sequer o relatório da Comissão Memória, Justiça e Verdade e todos os estudos feitos sobre violência urbana e ação policial, que apontam uma relação entre a



militarização e o *modus operandi* de parte da Polícia Militar e a ditadura militar. Então, a relação explícita é de herança de autoritarismo, de abuso da força legal. Enfim, há uma relação, uma pertinência de que esse jornalista, que se aprofundou no estudo da prática dessa violência, venha a dizer como isso foi herdado. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, primeiro, o jornalista Marcelo Godoy é autor do livro *A Casa da Vovó*, mas o requerimento é para que ele venha prestar depoimento sobre o fato investigado por esta CPI. E o fato investigado por esta CPI é a violência contra jovens negros e pobres. Então, ele vem falar sobre a questão da violência praticada contra esses jovens. Assim, não vejo razão nenhuma para que nós não votemos favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu insisto: nós vamos verificar nas informações do Marcelo Godoy violência contra jovens negros na periferia, na Casa da Vovó, nos idos da década de 1970?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, Sr. Deputado, *A Casa da Vovó* é só uma referência ao livro que ele publicou. Ele é um especialista na herança de autoritarismo e abuso da força legal e de práticas de tortura pela Polícia Militar, herdadas da época da ditadura militar. Esse é o objetivo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - V.Exa. não o conhece, não. Ele é um jornalista absolutamente íntegro. Ele não tem esse preconceito que V.Exa. manifesta...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não há preconceito nenhum, Deputado, há história.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - ... de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não há preconceito, há história aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não tem nada de história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem a palavra o Deputado Major Olimpio; depois, o Deputado Jean Wyllys.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu conheço e sou fã do jornalista Marcelo Godoy. Trata-se de um sujeito absolutamente íntegro em seus procedimentos. Não há testemunhos dele em relação à exacerbação de uso de força da polícia ou baboseiras dessa ordem, não. Quando ele tem que fazer uma matéria, ele faz a matéria em cima das informações jornalísticas que ele tem, doa em quem doer. E não é em função da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal, de ninguém. Querer fazer uma ligação da Polícia Militar com o regime autoritário, ou seja lá com o que for, é um preconceito contra uma força policial, e nada tem a ver com a postura do jornalista.

Agora, o que eu estou dizendo é o seguinte: o livro dele, *A Casa da Vovó*, nada tem a ver com o objeto desta CPI, que é muito importante, para tentarmos fazer esses teatrinhos aqui do tipo “*Olhe, a polícia é preconceituosa*”. “*É a polícia que mata o preto pobre na periferia*”. “*A polícia é responsável por isso*”. Então, nós não precisamos de CPI. E o Marcelo, no livro *A Casa da Vovó*, ou porque ele lançou o livro agora, não tem nada que vá depor aqui em relação ao conteúdo do livro que vá ensejar ou que seja objeto de investigação desta CPI, que eu entendo extremamente importante, até por isso eu fiz questão de pertencer a ela.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys, vamos encaminhar o processo de votação.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não adianta, Deputado, falar alto nem engrossar a voz, porque eu não tenho medo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não, eu tenho a voz grossa assim mesmo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ah, que bom!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - E eu tenho que falar alto, porque sou surdo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ah, então quer dizer...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu não estou querendo intimidar V.Exa.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Nem eu estou me sentido intimidado.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu não tenho a menor preocupação em relação a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só quero deixar claro que a referência ao livro é pelo fato de ele ser autor do livro. O que a CPI quer é ouvir dessa pessoa, que se dedicou a essa reportagem, quais as ligações entre a atuação da ditadura militar e toda a técnica de identificação de inimigo e prática de tortura e o que é feito hoje nas Polícias Militares, gostem algumas pessoas ou não. Contra fatos não há argumentos. Há fatos de que há prática de tortura, execuções extrajudiciais por parte da polícia que vitima a população negra. Isso é fato. Ninguém está inventando. Se nessa altura do campeonato começarmos a negar fatos, fica muito difícil. Por isso, o requerimento pede a presença do autor do livro.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui citado aqui e, regimentalmente, quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu quero dizer, Deputado Jean Wyllys, que V.Exa. tem obrigação, se tem algum fato concreto... As suas ilações sobre o que faz ou não a polícia, absolutamente, não tem a menor procedência. Aliás, V.Exa. não consegue sustentar nada do que fala.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não? Quatorze mortes no Cabula, com laudos apontando as execuções?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Está-se apurando isso, Deputado. Isso é objeto...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A chacina... Por favor!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os seus achismos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu também quero falar sobre esse assunto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A nossa função principal aqui é apurar a morte dos jovens negros e pobres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É sobre o Requerimento 32/15.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então, estou vendo aqui o Requerimento 32. Essa parte aí da tortura foi há mais de 30 anos. Nós temos que cuidar de fatos de agora, recentes. Já foi visto isso aí na parte que a Presidente Dilma fez no ano passado, já foi relatado, houve uma Comissão, formada pela Presidente, que já estudou isso aí. Para que retornar esses fatos todos, Sr. Presidente? Eu acho que é uma perda de tempo.

Eu gostaria, sim, que fosse ouvido o Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, por exemplo — eu estive com ele ontem — e o delegado de homicídios, que tem uma nova técnica que nós podemos passar para o Brasil inteiro de apuração de crimes homofóbicos. Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque é um crime de difícil apuração. Essa técnica foi realmente estudada. Inclusive, vou requerer que ele venha aqui para falar sobre os grupos de extermínios no Rio de Janeiro, onde há muitos. E os policiais de lá estão andando com carros blindados, tendo em vista os grupos e as milícias. Isso é de suma importância para nós.

Eu entendo que isso aqui já passou há muitos anos e não vai trazer proveito nenhum agora para a apuração da CPI. Entendo eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Edson Moreira, V.Exa. pode apresentar o requerimento convocando o Secretário do Rio de Janeiro.

Há um requerimento do Deputado Paulão, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys. Na verdade, nós estamos, até agora, aprovando todos os requerimentos e organizando a partir da metodologia de trabalho, apresentada pela nossa Relatora Rosângela Gomes.

Eu acredito que, na verdade, o Deputado Jean Wyllys já colocou muito bem aqui as motivações — o Deputado Paulão não está presente —, mas é para ouvir, a CPI quer ouvir o jornalista, até porque há uma demanda dos movimentos da sociedade civil, que também tem questionado muito a postura da mídia, de alguns



jornalistas. Então, nesse sentido, eu quero fazer um apelo. Eu acho que seria importante aprovarmos. Aqui é um requerimento de convocação. De repente, nós o transformaríamos em convite. Depois, a partir do diálogo com o jornalista, poderíamos revê-lo. Se ele não vier aqui, os Deputados têm o direito de reapresentar o requerimento.

Então, eu queria fazer um acordo de procedimento de transformar — se tiver concordância do Deputado Jean Wyllys e do Deputado Major Olimpio — em convite. Depois nós vamos intermediar, pela Secretaria da CPI, a vinda dele para que possa contribuir, falar aqui na CPI.

Então, pergunto se, transformando o requerimento em convite, haverá acordo para votarmos, tanto com o Deputado Jean Wyllys quanto com o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, vamos votar. Eu vou perder isso, mas acho que quem perde é a CPI, porque isso aqui tem uma importância muito grande para se tentar transformar num palco circense. E não há a menor ligação entre *A Casa da Vovó* e o objeto da coisa. Então, eu não vou participar desse acordo, seja para convite, seja para convocação, porque eu acho que isso acaba diminuindo. Há a maioria. Na democracia, vai votar a maioria. Nós vamos fazer, vamos diminuir a importância desta CPI. Vai se transformar numa coisa jocosa. Na Comissão de Reforma Política entendeu-se de convidar três apresentadores de televisão, porque isso dá mídia. Então, nós vamos fazer a mesma coisa em relação ao Marcelo? Vamos fazer. Mas eu acho até que desmerece o objetivo principal da CPI.

Então, eu não vou pactuar com isso. V.Exa. tem todo poder e condição. Coloque em votação, e a maioria vai votar se vai fazer o convite, seja lá o que for, mas eu entendo que nós estamos nos desviando do objetivo e da importância do objeto a ser apurado pela CPI. E também, já prejulgando, quem é o responsável por morte de negros e pobres na periferia é a polícia. Alguns membros da CPI já têm isso pronto e querem exatamente que se encaixem na sua tese macabra o que não é verdade. Mas vamos lá.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Em tempo ainda, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys e, depois, o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu também não tenho acordo. Eu quero votar o requerimento. Eu quero lembrar mais uma vez que, se tem uma coisa jocosa, se há algo circense, é a tentativa de negar a história e de tentar negar os nexos da história. Se as pessoas não estão compreendendo o objetivo desse requerimento, eu vou desenhá-lo. A referência ao nome do livro é tão somente porque ele é autor do livro. Não debateremos o conteúdo do livro, mas ele, como alguém que se dedicou jornalisticamente a investigar um aparelho de tortura, prática de lesa-humanidade condenada pela Organização das Nações Unidas, o pacto de que o Brasil é signatário. Cabe muito bem ouvi-lo sobre a permanência dessas práticas hoje nas Polícias Civil e Militar. Esse é o objetivo. Por isso, estamos achando completamente pertinente dentro dos objetivos desta CPI.

Se as pessoas não estão entendendo, problema delas. Agora, não há nada de circense nem jocoso neste requerimento. Circense e jocoso é a dificuldade ou a vontade de negar a história.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, aquela comissão da falsa verdade que puseram aí, que é só uma verdade parcial... Eu estou sentindo o seguinte nesta CPI: até hoje ela está direcionada, ela não está sendo imparcial. Só estamos ouvindo aqui coisas de direitos humanos, Sr. Presidente. Com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Estamos ouvindo de acordo com todos os requerimentos aprovados.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não. Eu não ouvi nada até agora. O senhor determinou-me, ontem, a meu pedido, que eu fosse ao primeiro órgão que nós vamos ouvir, que nós ouvimos. Do jeito que estão sendo conduzidos os trabalhos, Sr. Presidente, a coisa está guinando para que nós façamos um relatório paralelo. Nós vamos fazer um relatório paralelo. Nós não vamos aceitar um relatório tendencioso.



Eu vim aqui, Sr. Presidente, com todo respeito, buscar a verdade real dos fatos, ouvir todos os lados, mas só estou ouvindo um lado, Sr. Presidente. Então, não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Todos os requerimentos foram aprovados. Nós vamos organizar...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O que tem a ver A Casa da Vovó lá com essa investigação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, estamos em processo de votação do Requerimento nº 32, de 2015. Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Olha, eu acho que nós estamos numa fase em que existem posições diferenciadas, análises diferenciadas, mas nós, na CPI, temos que ter abertura. Qualquer requerimento que venha aqui para oitiva de qualquer segmento, independentemente da posição ideológica, de visão, terá de mim o apoio. Eu acho que se nós fizermos um prejulgamento não vai adiantar ter CPI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não, eu acho que não adianta ter CPI. Eu tenho uma posição muito clara, mas os dados mostram que a polícia brasileira é a que mais morre e a que mais mata. Tem alguma coisa errada aí. Nós temos que dar nossa contribuição.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não, não. Eu estou discutindo o seguinte: nós temos que estar abertos a todos os aspectos de avaliação. Então, eu pondero com os colegas Deputados para que no âmbito da CPI... A discussão sobre a conclusão do relatório, o debate do conteúdo do relatório é outra questão. Cada um vai... Nós vamos elencar os fatos, é claro. Há um ditado que diz: *“Contra fatos não há argumentos”*. Mas é contra fatos que há mais argumentos, porque cada um tem uma visão, uma forma de analisar os fatos.

Eu proponho exatamente nesse sentido de termos essa visão plural dentro da CPI. Eu votarei no requerimento, e espero que os outros Deputados que estejam aqui, independentemente dessa posição... Eu não tenho prejulgamento, eu vim aqui



para debater. Eu tenho uma avaliação, uma visão sobre a sociedade. É claro que ninguém entra aqui com completa visão neutra da realidade. Todo mundo tem suas concepções de como ver a realidade, mas acho que temos aqui a responsabilidade de produzir um documento que ajude a sociedade no enfrentamento dessa questão. É claro que isso vai ser sempre na base da mediação. Aqui na Casa vamos fazer um processo de mediação, de debate, de discussão, para buscar, o máximo possível, alguns pontos de referência, de convergência para que possamos contribuir com esse debate sobre a violência.

É essa a ponderação que eu faço. Inclusive, os requerimentos para ouvir pessoas que possam contribuir com visões diferentes terão meu apoio. Independente de eu concordar ou não, terão meu apoio para que possamos ajudar nessa visão plural da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os Deputados aqui presentes, senhoras e senhores. Primeiro, quero deixar bem claro que ainda não existe relatório algum. Segundo, o que foi aprovado aqui foi o plano de trabalho, e nesse plano nós aprovamos, em reuniões ordinárias, requerimentos.

Concordo com o Deputado Davidson de que esta é uma Comissão para ouvir.

Deputado Delegado Edson, V.Exa., ontem, esteve conosco no Complexo do Alemão, esteve conosco na audiência. Fizemos um brilhante trabalho, ontem, o dia inteiro, ouvindo a população. Ouvimos a polícia também, ouvimos todos. Se não ouvirmos todos, não teremos legitimidade para dar continuidade a este trabalho com seriedade.

Então, eu também, da parte desta Relatoria, respeitarei, *ipsis litteris*, o que esta Casa, o que este Plenário aprovar. Então, o que a Comissão aprovar, volto a dizer, respeitarei *ipsis litteris*.

Era essa a minha contribuição. Eu acho que não há por que duvidar do trabalho se ainda não existe relatório. Estamos numa fase de rito em que aprovamos aqui um plano de trabalho e estamos seguindo o plano de trabalho. Foi feito o



requerimento do Deputado Paulão, o qual será encaminhado à votação: se for aprovado, ouviremos; se não for aprovado, não ouviremos.

Agora, não se pode colocar em cheque um trabalho que estamos fazendo com muita transparência, honestidade, integridade, e V.Exa. tem acompanhado os nossos trabalhos e sempre se colocado favorável a eles.

Era essa a nossa contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosângela.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado, vamos encaminhar o processo de votação?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós temos audiência para ouvir cinco convidados.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só para deixar bem claro que é o que estou observando até agora nos trabalhos. Eu só fiz uma observação. É o que eu estou verificando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos lá. O.k., registrado.

Passamos ao processo de votação.

Os Deputados contrários à aprovação do Requerimento nº 32 se manifestem.
(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passamos ao Requerimento nº 33, de 2015, do Sr. Paulão, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bom, este requerimento é dirigido ao Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia. Requer cópias dos laudos periciais e exames de corpo de delito realizados nos corpos dos 12 jovens negros e pobres, mortos em decorrência de ação policial havida naquele Estado, naquela cidade de Salvador, no dia 6 de fevereiro de 2015, no Bairro de Cabula.



É esse o objetivo do requerimento. É fundamental recebermos as cópias desses laudos. Já fizemos audiências em que ouvimos as mães das vítimas e as organizações que estão dando apoio. Então, gostaríamos dos laudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Há Deputados contrários ao requerimento?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Contrário, não. Eu não sou contrário, sou a favor, mas eu já fiz um requerimento pedindo todos os laudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não é só os do Cabula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já foi aprovado, e nós estamos pedindo os específicos desse caso do Cabula.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Exatamente. Inclusive, nós vamos fazer diligências na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então, eu estou de pleno acordo não só com o específico, mas com todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já aprovamos e já encaminhamos esse requerimento específico.

Passamos ao processo de votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 33, de 2015, do Sr. Paulão, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Requerimento nº 34, de 2015, do Sr. Luiz Couto.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto para o encaminhamento do requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estamos convidando o Secretário da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, o Sr. Dr. Cláudio Coelho de Lima. No Mapa da Violência contra Jovens Negros, a Paraíba aparece com muito destaque. Estamos convidando também o Coordenador de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Município de João Pessoa, Sr. Nivaldo Pires Carneiro da Cunha Silva, o Gerente-Executivo de Equidade Racial do Estado da Paraíba, Sr. José Roberto da Silva, e a Articuladora Regional do Plano Juventude Viva, Sra. Suzany



Ludmila, para contribuir com os trabalhos desta Comissão na temática daquilo que nós estamos aqui fazendo.

Qual é a função nossa? Apurar as causas, as razões, as consequências, os custos sociais e econômicos da violência, a morte e o desaparecimento de jovens negros e pobres. É essa a razão da nossa investigação, e é sobre isso que nós vamos pedir que essas pessoas tragam contribuições com relação ao Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quais são os Deputados que desejam encaminhar contra? *(Pausa.)*

Passamos ao processo de votação do Requerimento nº 34, de 2015, do Sr. Luiz Couto.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 35, de 2015, do Sr. Roberto Alves. Há pedido de subscrição da Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados para que me ajudassem na aprovação deste requerimento do Deputado Roberto Alves, que requer a convocação do Sr. Emerson Martins, proprietário da KL Produtor. Que ele venha prestar esclarecimentos aqui, porque ele é empresário de um jovem de 14 anos chamado Eduardo Dias de Souza.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não. O Eduardo é o promotor de Justiça.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Desculpe. Está certo o Deputado Jean.

Esse empresário foi denunciado em diversos jornais e revistas, conforme publicado na última semana pelo Ministério Público de São Paulo, que abriu um inquérito para investigação sobre forte conteúdo erótico e de apelo sexuais em músicas e coreografias de crianças e adolescentes.



Então, eu gostaria de endossar esse requerimento do Deputado Roberto Alves, porque essas denúncias são gravíssimas, e eu queria estar aqui para apurar e investigar junto com os senhores também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para encaminhar, concedo a palavra aos Deputados que queiram se manifestar contrariamente.

Não havendo quem queira se manifestar contrariamente, passamos à votação do Requerimento nº 35, do Deputado Roberto Alves, subscrito pela Deputada Rosângela Gomes.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - É o MC Brinquedo, não é?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Requerimento nº 56, de 2015, é fruto da nossa primeira audiência nos Estados e também das visitas às comunidades, no caso Nova Brasília, no Complexo do Alemão, onde teve uma audiência pública, em conjunto com o Deputado Marcelo Freixo, da Comissão de Direitos Humanos. Ao final, a comunidade, o Plenário, as lideranças, a sociedade pediu o apoio da CPI para que nós nos manifestássemos contra a presença de uma Unidade de Polícia Pacificadora no pátio da Escola Theófilo de Souza Pinto.

Esse requerimento é subscrito pelo Deputado Sóstenes Cavalcante, pela Deputada Benedita da Silva, pela Deputada Rosângela Gomes, pela Deputada Erika Kokay, pelo Deputado Jean Wyllys, pelo Deputado Delegado Edson Moreira e pelo Deputado Paulão. Esse requerimento, na verdade, é de todos os Deputados que estiveram presentes à audiência no Complexo do Alemão.

Portanto, eu quero passar a palavra aos Deputados que estavam presentes — Deputada Rosângela Gomes, Deputado Jean Wyllys, Deputado Delegado Edson Moreira — para fazerem o encaminhamento. É um requerimento em conjunto que pede ao Governo do Rio que retire a UPP do pátio da escola, porque a escola virou alvo...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu posso começar, se a Deputada Rosângela não se importar.



A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Pode usar a palavra, Deputado Jean Wyllys.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu vou ser bem breve. Pedimos a aprovação desse requerimento porque ouvimos atentamente as diferentes lideranças do Complexo do Alemão, que é um complexo de bairros, na verdade, que compõem aquela região, e todos foram unânimes em dizer que a presença da UPP no pátio da escola em vez de ajudar, menos do que ajudar, prejudica, porque além de vulnerabilizar as crianças, a UPP é uma zona de conflito, aquele espaço é uma zona de conflito. Portanto, a UPP é alvo de ataques de quadrilhas e traficantes e, com isso, as crianças e professores ficam vulneráveis.

Nós vimos inclusive as balas de fuzil — na verdade, não as balas, mas os buracos, os furos das balas de fuzil nas paredes da sala da diretora, onde ela pôs borboletas e flores nos lugares. Vimos a fachada da escola toda crivada de bala.

Além disso, quando há conflito, as crianças não podem chegar à escola ou têm que ficar presas na escola e os pais não podem pegá-las.

Por todas essas razões, por todos esses motivos, nós gostaríamos que a CPI aprovasse esse requerimento que se solidariza com a comunidade na retirada dessa UPP da área da escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só para colaborar, havia 1.500 alunos antes da Unidade no pátio e agora há menos de 700 alunos.

Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que passe à nossa Relatora a presidência, até porque é um encaminhamento de V.Exa. Faço isso com o objetivo de não prejudicá-lo.

O conteúdo do requerimento, na sua ementa, diz uma coisa e o entendimento e o que foi verificado pelos senhores diz outra, exatamente porque os senhores não estão pedindo a retirada da Unidade Pacificadora da região; é a remoção do pátio da escola por proporcionar a vulnerabilidade.

Então, isso há de ficar bem esclarecido, e aí não há dúvida de que vamos votar favoravelmente ao encaminhamento, em respeito à Comissão, em respeito à comunidade. E necessariamente a estrutura de segurança pública há de fazer uma



avaliação no local, para ver onde é possível a instalação ou a remoção da Unidade de Polícia Pacificadora.

O entendimento do requerimento seria para a retirada da Unidade, e não se trata disso. Trata-se de uma remoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu não lhe passei a Presidência, Deputado Major Olimpio, até porque o requerimento foi subscrito pelo Deputado Jean Wyllys e pela Deputada Rosângela Gomes. Então, eu só fiz um comentário, mas não fiz a defesa do requerimento.

O requerimento, eu estou olhando aqui, fala em remoção da Unidade Pacificadora do pátio da escola, a sua retirada do pátio.

Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Passamos à votação, então, já que há consenso.

Em votação o Requerimento nº 36.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só 1 minutinho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Desculpe, o senhor pediu a palavra? *(Pausa.)* Desculpe.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu estava lá ontem, eu vi que há alguns a favor de que a UPP fique lá e outros contra. A grande maioria, é lógico, é contra. Agora, o Presidente da audiência já estava conduzindo, desde o início da audiência, para que fosse feita a remoção.

O que eu pude notar lá é que os buracos de bala não estão só nas paredes da escola, não. Eu fotografei todas as casas do lado esquerdo e do lado direito, e o pessoal atira lá de cima. Eu tenho certeza de que aqueles tiros lá não são de policiais. Eu tenho certeza.

É lógico que sou a favor da remoção, eu acho que tem que remover, porque educação e repressão não estão no mesmo patamar. Então, é de bom alvitre, até para evitar males maiores lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Obrigada, Deputado.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só para completar, Deputada Rosângela.

Deputado Edson, eu deixei claro aqui na minha fala que os buracos de bala de fuzil não vêm da polícia, a polícia é alvo do ataque, ali é uma zona de conflito. Só que a presença da UPP vulnerabiliza as crianças.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não, eu não falei nada disso, não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Nós estamos pensando nas crianças.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Exatamente. Eu concordo plenamente, Deputado. É que o senhor disse unanimidade. Mas há pessoas que queriam que a UPP ficasse lá. Então, não foi unanimidade. É só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Passamos à votação do Requerimento nº 36.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosângela Gomes.

Passamos à nossa audiência pública.

Quero registrar a presença dos alunos do segundo e do terceiro anos do ensino médio do Centro de Ensino Riacho Fundo I.

Muito obrigado pela presença. Sejam sempre bem-vindos. Aqui é a Casa de vocês, em especial da juventude.

Muito obrigado.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 18, de 2015, do Deputado Jean Wyllys, subscrito pelo Deputado Davidson Magalhães.

Informo que durante a fase dos convidados não haverá apartes. Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão se inscrever previamente na Secretaria da Comissão.

Convido para estar conosco a nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, que já está aqui.



Convido para sentar-se à mesa a Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto, do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos — GEVAC da Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa a Sra. Beatriz Lourenço do Nascimento, dirigente do Levante Popular da Juventude. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa o Prof. Dennis de Oliveira, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro brasileiro da USP. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa Joselicio Júnior, dirigente do Círculo Palmarino e Presidente do Instituto de Estudos Afro-Brasileiro Manuel Querino. *(Palmas.)*

Convido para sentar-se à mesa Luiz Inácio Silva da Rocha — quase Lula; é o Lula —, do Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo — FUJENES. *(Palmas.)*

Concedo a palavra à Profa. Jacqueline Sinhoretto, por 10 minutos.

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Boa tarde a todas e a todos. É uma grande honra estar aqui.

Eu queria agradecer muito o convite para participar desta audiência, porque eu venho falar aqui de um trabalho de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR, do Grupo de Estudo sobre Violência e Administração de Conflitos, o GEVAC, que eu coordeno e que vem desenvolvendo pesquisas na área de violência e questão racial já há alguns anos.

Eu tenho um tempo muito curto e vou ter que resumir muito os dados, mas podemos depois, no debate, precisar melhor o que estou falando.

Eu vim apresentar essa pesquisa que se chama Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo. Eu faço pesquisas também sobre o Brasil, mas hoje eu vou me concentrar no Estado de São Paulo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vocês estão vendo aí a ficha técnica da pesquisa. Eu não faço nada sozinha. Existem estudantes de doutorado, de mestrado e de graduação que trabalham na equipe. Então, é importante registrar que esse é um trabalho coletivo.

O objetivo dessa pesquisa foi investigar os dados sobre a atividade policial e a questão racial em São Paulo pela relevância da variável cor/raça na composição do problema sociológico, da segurança pública e da Justiça no Brasil.



Isso já foi estudado e documentado por muitos estudos, mas existem poucos dados da segurança pública nos quais temos a possibilidade de analisar a variável cor/raça. O que acontece na verdade é que se fala muito sobre essa questão, mas existe muito pouco dado, existe muito pouca pesquisa que leva em conta a variável cor/raça para medir esse problema.

Na verdade, temos uma grande discussão sobre a questão racial, uma invisibilidade da questão racial nos dados e nas análises da segurança pública. É nessa lacuna que o meu grupo de pesquisa hoje procura dar uma contribuição. Suprir não vai ser possível.

Os dados de que dispomos e que a própria Secretaria de Segurança Pública divulga não podem ser desagregados pela variável cor/raça. Então, precisamos fazer pesquisas e levantamentos específicos a esse respeito. Quer dizer, nós precisamos produzir o dado para poder ter análise. Não é um dado que está disponível. E existe um contexto social. No Estado de São Paulo existe até uma denúncia muito forte que usa a questão do genocídio da população preta, pobre e periférica, uma denúncia realizada pelos movimentos sociais, caracterizada dessa maneira.

Então, nós queríamos verificar se eles têm algum fundamento empírico para falar o que estão falando. Infelizmente, nós constatamos que, sim, existe esse fundamento empírico e essa estigmatização de alguns grupos sociais como mais propensos a cometerem crimes. Nas pesquisas que fazemos com policiais, com entrevistas, com policiais que estão nas ruas, mas também que estão nas escolas de formação, existe essa crença de que o criminoso tem um tipo social, que ele pode ser reconhecido por uma qualidade desenvolvida pelo policial, que é chamada de tirocínio. Então, nós estamos investigando e também temos uma linha de investigação a respeito da prática e dos saberes policiais que permitiriam então formular essa crença policial, que é uma crença socialmente compartilhada no ambiente policial, de que o criminoso tem um tipo que pode ser reconhecido. Certo? Esse é o contexto social no qual nós desenvolvemos os nossos dados.

Nós começamos tentando levantar dados sobre a atividade policial. Nós queríamos trabalhar com os dados sobre a abordagem. É verdade que a Polícia Militar do Estado de São Paulo aborda mais negros do que brancos? Nós não



podemos falar nada a esse respeito, porque não existem dados. Os dados sobre a abordagem policial não podem ser desagregados pela variável cor/raça. Então não podemos falar seriamente sobre esse tema, porque não existem os dados.

O que existe? Dados sobre letalidade policial e sobre prisões em flagrante. Dados sobre letalidade policial também não são disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública. Então, nós tivemos que produzir esse dado. E onde nós conseguimos um acervo que tinha os laudos que nos possibilitaram coletar informação por raça foi no Acervo da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, que é um órgão de controle externo. Eu posso depois aprofundar-me sobre como esse acervo foi composto.

Então, nós investigamos lá casos de letalidade policial ocorridos entre 2009, 2010 e 2011, e sobre prisões em flagrante. Os dados, aí sim, foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública, de 2008 a 2012, com a informação cor/raça.

Nós trabalhamos com 939 vítimas de morte em decorrência de ação policial, que são autos acompanhados pela Ouvidoria da Polícia nesses 3 anos, e 2.162 policiais acusados de terem cometido essas mortes.

Vemos ali que o perfil da vítima se caracteriza por uma maioria absoluta de pessoas negras, 61%; de jovens, entre 15 e 29 anos — eu já vou mostrar as porcentagens —, e de homens, maioria absoluta, 97%.

A próxima tabela não vai dar para vocês verem, mas há um gráfico na página seguinte no qual vamos ver que a maioria das vítimas de mortes em decorrência de ação policial é composta de jovens. Certo? E aí existe uma diferença entre brancos e negros. Os negros morrem ainda mais jovens do que os brancos.

Então, a maior concentração de vítimas — vamos dizer que ali seriam duas montanhas, Everest e Aconcágua. Então, o Everest são os negros mortos pela polícia no Estado de São Paulo entre a idade de 15 e 19 anos. Essa é a maior concentração. E o Aconcágua são os brancos mortos pela polícia. Eles também são jovens, mas essa faixa de juventude vai até os 29 anos. Quer dizer, os negros morrem ainda mais jovens por intervenção da polícia dos que os brancos. Certo?

Se olharmos o próximo gráfico — não está mostrando o valor —, ele mostra para nós a taxa sobre 100 mil habitantes, porque aqueles dados anteriores eram absolutos. Então, morrem muito mais negros do que brancos pela atuação da Polícia



Militar. Só que a população branca é muito maior do que a população negra no Estado de São Paulo. Os negros, no Estado de São Paulo, são 35% nos Municípios onde existem mais negros. Então, tivemos que ponderar por taxas de 100 mil habitantes. Nós pegamos grupos de 100 mil negros e grupos de 100 mil brancos e ponderamos quantos foram mortos em decorrência de ação policial e constatamos que o número de negros mortos pela ação policial é três vezes maior do que o número de brancos mortos pela ação policial. Nós temos uma taxa de 1,4 negros por 100 mil negros; 0,5 brancos por 100 mil brancos.

Vamos falar um pouquinho do perfil dos acusados. Noventa e seis por cento dessas mortes foram cometidas por policiais militares. Então, é a Polícia Militar que comete essas mortes em decorrência de ação policial. Esses policiais também são jovens, mas um pouquinho mais velhos do que as suas vítimas, 73% têm entre 25 e 39 anos, também são homens e a maioria é branca.

Trinta por cento desses policiais pertencem a grupamentos especiais da Polícia Militar, com destaque para Rota e Força Tática. Rota é um batalhão só, em que todas essas mortes estão concentradas, e a Força Tática são grupamentos especiais em todos os batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Então, significa que, em números absolutos, a Força Tática acaba cometendo mais mortes do que a Rota, embora no caso da Rota seja um batalhão só, enquanto a Força Tática está disseminada por todo o Estado de São Paulo.

Com relação à apuração das responsabilidades das mortes, que é a próxima tabela, o que vamos ver? Uma impunidade sistemática em relação às mortes em decorrência de ação policial no Estado de São Paulo. A pesquisa procurou observar o andamento dessas investigações, e vimos que só 4% dos policiais que tiveram boletim de ocorrência ou inquérito foram indiciados. Em 94% dos casos, não temos nenhuma informação sobre o andamento da investigação.

Então, não podemos dizer com certeza se foi uma legítima defesa, se foi uma troca de tiros, simplesmente porque não houve uma investigação. Isso é um mecanismo do auto de resistência, embora esse nome não seja mais usado no Estado de São Paulo desde 2012. Mas o mecanismo da não investigação continua existindo.



Eu vou passar muito rapidamente pelos dados sobre prisão em flagrante, porque meu tempo já se esgotou. Já dá para vermos que o número de negros presos em flagrante também é, em número absoluto, maior do que o de brancos. E ali a taxa por 100 mil habitantes está na próxima tabela, que dá para vermos também. E na ponderação com a população, na tabela seguinte, também dá para vermos que a população branca é maior, mas a maior população que é presa em flagrante pela polícia é a de negros. Existe uma super-representação aí.

Eu vou pular essa parte, mas podemos, depois, voltar. É porque eu queria ir para as conclusões. Eu queria dizer o que analisamos em cima desses dados.

Os dados estão disponíveis também na página do grupo de pesquisa do GEVAC e também foram analisados num outro instrumento, que é o Mapa do Encarceramento. Esse, sim, é nacional e vai ser lançado pela Secretaria Nacional de Juventude nas próximas semanas. Eu também fui consultora. Fazemos análises também sobre cor/raça e a questão do encarceramento, que são mais completas do que essas que eu estou apresentando.

Então, o que podemos concluir? Que os resultados da ação policial violenta refletem, sim, uma desigualdade racial no campo da segurança pública. Então, trabalhamos com o conceito de racismo institucional. Não quer dizer que os policiais em si, quando estão fazendo o seu trabalho, sejam racistas. Muitos não são. Muitos, inclusive, são negros.

Quarenta por cento dos policiais do Estado de São Paulo são negros, e há ativistas do movimento negro que compõem a corporação. Mas o que acontece? O racismo está no modo como o policiamento ostensivo é operado. Em primeiro lugar, existe um predomínio da forma de policiamento, que é o policiamento ostensivo, quer dizer, aquele policiamento que está nas ruas e que está vigiando o tipo de delito cometido nas ruas.

Esse policiamento ostensivo também desenha determinados lugares da cidade onde ele vai se concentrar, e outros lugares da cidade não são visíveis. Então, todos os crimes que são cometidos dentro de condomínios fechados, por exemplo, não estão visíveis para o policiamento ostensivo feito nas ruas.

Então, isso redundava numa prática policial que, lá na ponta, vai gerar uma desigualdade racial. Por que os negros são presos em flagrante, e não os brancos?



Ora, porque o tipo de conduta que eles estão praticando é visível para esse modelo de policiamento. A conduta delitiva praticada por pessoas de classe média, por pessoas brancas que estão na elite da sociedade, não é visível para as viaturas da Polícia Militar.

Então, o racismo institucional está em como o sistema de segurança pública monta o seu próprio sistema de operação e no predomínio que o policiamento ostensivo tem na segurança pública no Brasil hoje. Quer dizer: muito pouca prisão é resultado de investigação.

Nós sabemos, por outros dados, que a investigação de homicídios no Brasil esclarece menos que 3% dos casos. Então, as pessoas que estão indo para a cadeia não estão indo por investigação policial; elas estão indo por prisão em flagrante, que é resultado do modelo do policiamento ostensivo.

Além disso, o policiamento ostensivo é pautado pela ideia do combate militarizado ao inimigo. Esse combate militarizado que vitima todo esse monte de jovens negros que a gente mostrou aí, que vitima também os policiais é um modelo absolutamente equivocado de segurança pública, que tem um custo social que nós estamos mostrando aqui, que é de reduzir a expectativa de vida da juventude brasileira, especialmente da juventude negra, que é de promover um modelo de segurança pública que, ao invés de proteger a vida, ele expõe a vida não apenas das pessoas, do cidadão comum, mas também do próprio policial, que vai para a rua trocar tiro. Quer dizer, quando o policial está na rua trocando tiro com alguém, é porque o sistema de segurança pública já falhou, é porque a operação policial já deu errado. Se o policial tem que tirar a sua arma do coldre é porque já deu errado, é porque o sistema de segurança pública já falhou.

E a última coisa que eu queria dizer: que essa vigilância policial, que é operada de modo racializado, então, privilegia a vigilância sobre esse público negro, que é identificado pelo saber policial pautado naquela ideia do tirocínio de que o policial é capaz de reconhecer em características físicas e exteriores a conduta delitiva, que vai na contramão de toda a criminologia científica que nós conhecemos hoje. Esse é um saber pautado numa criminologia racista do século XIX, que vai dizer que o criminoso tem marcas corporais físicas que podem ser reconhecidas.



Muito bem. A maioria dos nossos policiais ainda aprende isso hoje, nas academias de polícia, e, mais do que aprender, executa, na sua prática, esse saber policial pautado no tirocínio, que é o que lhe dá a segurança de que ele é capaz de reconhecer em marcas físicas o delito.

Então, o resultado dessa prática está aí nos números que eu apresentei.

Muito obrigada. Estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, professora.

Quero passar a palavra para a nossa próxima convidada, a Sra. Beatriz Lourenço do Nascimento, do movimento Levante Popular da Juventude.

A SRA. BEATRIZ LOURENÇO DO NASCIMENTO - Boa tarde.

Primeiro, eu gostaria de saudar a Comissão, principalmente os Deputados que entendem esta Comissão como mais uma possibilidade de o Estado brasileiro assumir seu compromisso com a vida da juventude. Eu, realmente, espero que esse seja o resultado desta Comissão e acredito muito nisso.

Bom, em nome do Levante, eu queria dizer que, para nós, o debate do genocídio da juventude negra é tão importante porque estamos falando de uma juventude, a juventude negra, pobre e periférica só vai conhecer o Estado brasileiro a partir do seu aparelho repressivo, que é a partir da Polícia Militar violenta das nossas periferias, e a partir do encarceramento em massa do nosso povo. Então, para nós, este debate não é só prioritário, como é essencial quando vamos discutir como é a vida da juventude negra brasileira.

É muito difícil. Hoje, a gente vive num momento em que se fala muito da juventude, e que a gente percebe que existe um culto à juventude, o que é ser jovem, sobre... Mantém esse jovem, mas, ao mesmo tempo, vivemos em um País que não preserva a morte da nossa juventude, e que, pelo contrário, é conivente com índices absurdos de mortes.

Bom, eu queria dizer que a gente entende que o genocídio da juventude negra, a violência policial, a violência contra jovens negros são herança dos dois piores momentos da nossa história, da história do nosso País. E aí, até, o primeiro, acho que, com certeza, é a escravidão brasileira; e o segundo é a ditadura militar. Não há dúvidas para nós, nenhuma, de que o que acontece até hoje em nossas periferias é resultado de uma abolição inacabada e de uma democracia que ainda



não está completa, porque não há que se falar em democracia quando a gente tem um País que mata, no mínimo, oito pessoas por dia. Não existe democracia. Em São Paulo, em 2012, a *Folha de S.Paulo* reportou que a Polícia Militar mata mais do que todas as polícias dos Estados Unidos juntas. Isso quer dizer que a gente tem uma polícia violenta, e que se diz aí uma polícia democrática. Qual é a relação de uma polícia que mata três jovens por dia, num Estado, com o Estado Democrático de Direito?

Bom, eu queria lembrar que, embora isso me pareça naturalizado no Brasil, não existe pena de morte. A Polícia Militar não tem o poder de matar a nossa juventude porque imagina ou porque se depara com a nossa juventude cometendo crimes. A gente fala bastante que o Estado brasileiro possui muitas leis penais. Existem várias condutas que são criminalizadas no nosso País, no entanto, a gente só prende por algumas dessas condutas.

Então, a gente entende que o problema não é que o nosso sistema penal não esteja dando certo. Na verdade, ele funciona para prender quem ele quer prender, que é a juventude negra, pobre e periférica.

Bom, eu vou tentar ser rápida. Apesar de eu ser bastante jovem, no último período eu tenho acompanhado as lutas construídas no Movimento Negro. Durante todo esse período, a questão do genocídio, do extermínio da nossa juventude sempre estruturou as nossas lutas, os nossos calendários de luta, justamente porque é uma conjuntura de que a gente não consegue fugir, em qualquer lugar que a gente vá. Acho que as 12 mortes do Cabula são as que apareceram, porque a gente sabe que isso ocorre todos os dias nas periferias brasileiras.

Ser jovem e negro no Brasil é ter medo de andar na rua e ser executado pela Polícia Militar ou pelos grupos de extermínios formados também por policiais militares. Acho que isso também tem que ser uma demanda desta Comissão: investigar esses grupos de extermínio.

Enfim, nesse processo, a gente conseguiu construir demandas, as mais urgentes. Lá em São Paulo a gente... Não existem mais os autos de resistência, no entanto, ainda não se investiga, da forma como a gente avalia que tem que investigar, as mortes cometidas pela Polícia Militar. A gente entende que essa investigação é travada por vários motivos, inclusive por ser o Instituto Médico Legal,



ainda, um órgão atrelado à Polícia Militar. Vejam: o mesmo órgão que muitas vezes executa é o que investiga.

Há casos em que o corpo foi encontrado com um tiro em baixo do braço, nas costas, e a gente sabe que não pode falar de auto de resistência com quem morreu com um tiro aqui.

Então, de início, quando a professora coloca aqui a dificuldade de encontrar alguns dados, acho que uma demanda urgente é a gente saber que haja, finalmente, um mapeamento racial das mortes no Brasil. Porque se é que há dúvida de que os negros morrem mais, que a polícia e o Ministério Público passem a fazer esse mapeamento.

A segunda coisa é que o Ministério Público precisa investigar as mortes que acontecem nas periferias brasileiras. Não é possível que o Ministério Público permaneça sendo conivente com as mortes que ocorrem. Inclusive, porque a gente tem um Ministério Público, por exemplo, no Estado de São Paulo, bastante atuante, no sentido de criminalizar a juventude e pouco atuante no sentido de entender por que a juventude morre tanto.

Bom, outra demanda que para nós é urgente, só repetindo o que eu já falei, é que, finalmente, o IML seja desvinculado da Polícia Militar. O órgão investigativo não pode fazer parte do órgão que está sendo considerado o grande responsável pela morte da nossa juventude.

Para terminar, eu queria dizer que a gente, no Levante, tem muita vergonha de o Estado brasileiro não perceber a violência que é isso com a nossa juventude. O Brasil foi chamado, pela primeira vez, a prestar informações internacionalmente, em 1997, quando se observa a naturalização da morte negra, ou a alta letalidade da Polícia Militar. Desde então, a gente teve medidas muito comedidas no sentido de combater isso. E essa tem que ser uma demanda com quem tem responsabilidade com a democracia brasileira, com a construção de um País realmente justo.

Bom, a gente tem aí algumas demandas muito sérias para enfrentar. E a juventude brasileira precisa ser ouvida na construção dessas demandas. Erra quem diz que a juventude não sabe o que quer e para onde quer ir; pelo contrário, nós sabemos muito bem, e, desde já, dizemos que nós não queremos um Estado onde a Polícia Militar, onde os órgãos repressivos matem tanto. Há uma necessidade



urgente, que é a construção de uma política, o que a gente chama de projeto popular de segurança pública, ou seja, um projeto construído pelo povo, com o povo, que demande o que a gente quer de segurança pública, porque não é possível que esse método esteja dando certo. Um País que mata tanto, um País que é conhecido pela letalidade policial, e um País que, ainda assim, tem tantas dificuldades de assumir o seu caráter racista — porque no Brasil a gente ainda tem dificuldade de fazer o Estado brasileiro assumir o seu racismo... Mas veja, quando a gente se depara com uma pesquisa dessas, isso me parece que se encerra. Enfim, é isso.

Hoje, a gente enfrenta, inclusive dentro da política brasileira, enormes problemas. Há Deputados que se colocam, inclusive, como defensores, que é o que a gente vai chamar — e eu vou ser muito honesta nesta Comissão — de bancada da bala, porque se colocam como defensores do extermínio da juventude negra. Defendem a Polícia Militar, e é incontestável que a Polícia Militar não está funcionando.

A gente tem aí algumas demandas a serem enfrentadas. A principal é, necessariamente, a construção de um projeto de segurança pública que seja formulado também pela juventude, entendendo as demandas da juventude brasileira. E as demandas da juventude brasileira em relação à segurança pública são qualquer coisa, menos mais polícia. Mas, com certeza, as nossas demandas têm a ver com equipamentos de cultura, estrutura de cultura, acesso à educação.

Também é necessária uma urgente reforma política. Não há dúvida de que, sem reforma política, nós vamos continuar elegendo pessoas que carregam consigo, que acreditam que é assim que se combate a violência. São pessoas que representam interesses que não são os interesses da juventude brasileira.

Infelizmente, os interesses da juventude brasileira não estão representados pelo atual sistema político. O atual sistema político é injusto; o atual sistema político tem uma disparidade imensa com a totalidade da população. Basta perceber que nós, a população negra, somos 53% deste País e que temos menos do que 8% de Deputados e Senadores no nosso Congresso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. BEATRIZ LOURENÇO DO NASCIMENTO - *(Riso.)* Oi?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Você está sendo otimista.



A SRA. BEATRIZ LOURENÇO DO NASCIMENTO - Exato.

Então, encerrando mesmo, a gente costuma dizer, no Levante, que a verdadeira transformação social vai ser... Quem vai trilhar os caminhos disso é o povo brasileiro, e, para nós, o povo preto brasileiro.

Deixo aqui a nossa certeza de que vamos construir um sistema, um País mais justo quando a juventude brasileira estiver à frente dos processos, e não a juventude brasileira conhecendo o Estado brasileiro a partir do seu aparelho repressivo, a partir da sua pior face, que é a face que mata, que prende, que nega a cultura, que nega a educação, que, por exemplo, permite a existência de uma UPP no pátio de um colégio. Isso, eu acho que demonstra como o Estado brasileiro chega na nossa juventude negra, pobre e periférica.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem, obrigado, Beatriz, pela excelente contribuição.

Passo a palavra para o nosso próximo convidado, Prof. Dennis de Oliveira, por 10 minutos.

O SR. DENNIS DE OLIVEIRA - Boa tarde a todas e a todos.

Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão; saúdo também a Deputada Rosângela Gomes. Faço questão de ressaltar este registro, porque, num Parlamento em que a composição não reflete a sociedade brasileira — como a Beatriz colocou muito bem, a pequeníssima presença de negros, e, menos ainda, de mulheres negras — é salutar que a Deputada Rosângela Gomes ocupe um lugar importante nesta Comissão. Portanto, faço questão de registrar isso.

Parabéns, Deputada. (*Palmas.*)

Vou apresentar aqui também algumas contribuições a respeito dessa discussão importante.

Parabenizo a Câmara pelos Deputados que constituem esta Comissão.

Vou na linha inclusive do que as minhas colegas antecessoras ativistas colocaram. Não só como professor universitário, como intelectual, mas também como ativista do Movimento Negro — fiz parte da construção da UNEGRO, União de Negros pela Igualdade, uma entidade do Movimento Negro, e atualmente faço parte da coordenação de uma entidade chamada Coletivo Quilombação, que tem 1 ano —



, nessas minhas reflexões, que combinam minha trajetória como ativista, como intelectual, eu quero destacar três aspectos importantes para a gente pensar a questão da violência, do genocídio, da juventude negra.

A primeira delas é pensar esse genocídio enquanto um projeto político e como vem esse projeto político mais recente. O genocídio da população negra foi denunciado no movimento negro já nos anos 80 e 90. Estava conversando aqui com a minha grande amiga Deise Benedito — é um prazer reencontrá-la —, lembrando a nossa história no movimento. É uma denúncia já muito antiga no movimento negro, fez parte inclusive da pauta de vários encontros de entidades negras, particularmente, quando nós organizamos o I Encontro Nacional de Entidades Negras, o primeiro ENEN, que foi realizado em 1991, no Pacaembu, em São Paulo. Naquela ocasião, eu estava empenhado na construção de uma entidade chamada União dos Negros pela Igualdade, em São Paulo, e nós tivemos acesso a um documento da Escola Superior de Guerra, aquela mesma que formulou a ideologia da segurança nacional. Esse documento é de 1988 e é intitulado *Estrutura Social para o Brasil Moderno e Democrático no Séc. XXI*, documento esse elaborado para a intervenção desse Instituto nas eleições presidenciais de 1989, as primeiras eleições presidenciais diretas, após o fim da Ditadura Militar. Esse documento é bastante extenso e faz uma série de reflexões sobre o futuro do Brasil, perspectivas para o Brasil, na questão ambiental, questão da política interna, questão geopolítica.

Há um capítulo nesse documento muito interessante que trata da questão social. Esse capítulo é interessante porque parte do pressuposto de que o Brasil teria a tendência de aderir às novas perspectivas do ordenamento global do capitalismo, que a gente conhece como neoliberalismo, e essa tendência, que está se consolidando naquele período, traria como consequência uma intensificação dos mecanismos de exclusão social.

A preocupação que está expressa nesse documento é que essa exclusão radicalizada ou amplificada seria um risco para a manutenção da estabilidade do sistema social. E nesse documento, nesse tópico, foram apontados dois focos que deveriam ser objeto de preocupação: o primeiro, eles chamam de áreas de intensa miséria ou cinturões de miserabilidade, davam como exemplo as favelas, os morros do Rio de Janeiro; o segundo, eles chamavam de menores abandonados.



Coincidentemente, foi naquele período também que estava havendo um movimento pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, quando havia aquelas várias denúncias de crimes, de extermínio de crianças nas ruas, com as reportagens do Gilberto Dimenstein e, parece, da Sandra Werneck e várias outras.

O documento dizia o seguinte: se não houvesse uma ação de contenção *a priori* preventiva, haveria o risco de o contingente de miseráveis e de “menores” — entre aspas — abandonados ser superior, em curto espaço de tempo, ao efetivo das forças de segurança. Por essa razão então, o documento propunha uma ação preventiva de contenção numérica desse setor de miséria. A contenção numérica apontada aqui não é no sentido de aplicação de políticas públicas e sociais, para reduzir a miserabilidade, mas o extermínio mesmo das populações.

São apontadas duas ações: uma chamada de ação de baixo impacto, que era na verdade o estímulo às forças, à segurança terem uma ação mais violenta nas periferias, aproveitando inclusive uma mão de obra qualificada que vinha do regime militar, em função de não ter havido na transição para a democracia o julgamento desses crimes cometidos pelas forças de repressão; e uma segunda ação chamada de alto impacto no caso de as polícias militares não serem suficientes para conter o crescimento da população, que seria a própria ação das Forças Armadas.

Eu peço licença aqui para ler alguns trechos desse documento que são muito interessantes e dão a exata dimensão do que significa esse projeto.

Bom, a respeito dos cinturões de miséria, o documento afirma o seguinte, na pág. 284:

“Na medida em que Estado e sociedade não conseguem oferecer trabalho, bem-estar e segurança, essas estruturas clandestinas de virtual poder paralelo vêm criando condições de melhoria para cada coletividade local no microespaço onde a estrutura atual, a que lhe enseja junto à população moradora local, se não uma atitude participação ou mesmo de cumplicidade, pelo menos enseja um ambiente de simpatia e, até, de solidariedade quando no confronto com forças da lei.”



Na página 284, ainda, diz o seguinte:

“O exemplo atual da Colômbia (1989) aponta um quadro possível de ocorrer, com presença da subversão e contestação aos valores democráticos no contexto deste problema, o que poderá levar um dos poderes, Executivo, Legislativo ou Judiciário, a tomar a iniciativa quanto ao emprego das Forças Armadas para restaurar (ação posterior) ou garantir (ação preventiva) a Lei e a Ordem ameaçadas.

Interessante é o que aconteceu com a Colômbia aqui.

E quanto ao problema dos menores abandonados, ele fala na página 285:

“É difícil avaliar quantos são os menores abandonados. As estimativas são desde muitos milhares até milhões. Se, apenas para conjecturar, supusermos que, hoje, este número seja de 220 mil menores (...) temos que no início do próximo século, séc. XXI, haverá um contingente de marginais, malfeitores e mesmo de assassinos de efetivo semelhante ao atual do Exército. (...) Aí então, quando às Polícias Militares faltarem condições para enfrentar tal situação, o que é razoável imaginar que ocorrerá fatalmente, os poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de enfrentar esta horda de bandidos, neutralizá-los, mesmo destruí-los, para ser mantida a lei e a ordem.”

Essa é a conclusão no tópico social do documento da Escola Superior de Guerra, na página 285.

A esse documento nós tivemos acesso em 1990. Denunciamos esse documento no primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras. Esse documento foi citado no Programa Estadual do Partido Comunista do Brasil, do PCdoB, em São Paulo, em 1989.



O então Deputado Estadual Jamil Murad aprovou uma Comissão Especial de Inquérito na Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar o extermínio de jovens e crianças em São Paulo. E, pela composição da Comissão, o próprio proponente da Comissão não foi indicado para a Comissão — um absurdo. Acabou sendo tomada por uma bancada muito conservadora, e a Comissão acabou dando em nada.

Esse foi o documento da Escola Superior de Guerra, que foi constituída para a intervenção na primeira eleição presidencial direta, realizada em 1989. Esse é o tom, esse é o elemento que se coloca na questão social.

Eu chamo atenção desse documento, porque na política de militarização dos morros do Rio de Janeiro, ocupação do Exército, a gente observa que é exatamente esse projeto elaborado em 1989 que está sendo posto em prática agora. Principalmente quando outra coisa bastante complicada, quando nós vimos, no final de 2013, o decreto do Ministério da Defesa, que é proposto, uma portaria, na verdade, que colocava uma série de procedimentos de como as Forças Armadas poderiam, então, garantir a lei e a ordem, a GLO, em ações GLO — toda a estratégia é colocada ali.

A terminologia, inclusive, dessa portaria que foi baixada em dezembro de 2013 é muito parecida com uma portaria de guerra. Eu quero chamar a atenção disso. Como se mobilizar forças constituídas para a ação de guerra, utilizadas para a segurança pública. Significa que o olhar deitado sobre as populações miseráveis é como inimigo, inimigo interno, a mesma lógica da ditadura militar.

O segundo aspecto que eu queria abordar na questão do genocídio é pensar na violência como prática política central no Estado brasileiro. Aqui eu trago, por exemplo, o pensamento do estudioso peruano Anibal Quijano, que fala que na América Latina a violência não é episódica, ela é estrutural, tendo em vista que nós temos um projeto capitalista de altíssima concentração de renda.

Ora, o modelo, o sistema de brutal concentração de renda só se mantém com estruturas, instituições de estruturas, nas quais a violência é pratica central na política. A gente pode observar que, na América Latina, no Brasil, tratar os movimentos sociais, tratar as demandas sociais como caso de polícia é o central. Os



espaços, os lugares de negociação, os lugares de remediação são limitados. Há uma intolerância com a divergência política e com a divergência social.

No Brasil, nós estamos passando, atualmente, pelo período mais longo de democracia institucional. Passamos agora pela sétima eleição presidencial consecutiva, o que é inédito no Brasil. Nós tivemos recentemente, o *impeachment* do Presidente da República eleito, por vias normais. Apesar disso, mesmo com 30 anos de democracia, observamos ainda que existem práticas típicas de ditadura militar e regimes autoritários que ocorrem nas periferias.

A periferia vive com execução, ação judicial, invasão de domicílio sem mandado de segurança, prisões ilegais, inclusive, o uso de instrumentos que são verdadeiras aberrações, como: mandado coletivo de intervenção, que foi aprovado em certo momento por um juiz.

Podemos pensar como num regime democrático esse tipo de atitude existe e concluir que a violência não é episódica, ela faz parte do próprio DNA do Estado brasileiro.

Eu queria até mostrar rapidamente aqui, porque meu tempo é muito curto, que a questão racial está atravessando o elemento dessa democracia, desse autoritarismo dentro da democracia constitucional; está vinculada à própria forma como foi constituída a República brasileira, a partir de uma transição negociada da abolição da escravidão para o sistema de trabalho assalariado, sem que se garantissem políticas públicas de inserção da população negra brasileira.

O sociólogo Clóvis Moura mostra bem isso, essa transição controlada que manteve os privilégios das elites escravocratas constituiu uma República na qual a cidadania é restrita, a concentração de renda é a tônica, e a violência é a prática política central. Esses elementos — violência; prática política central; cidadania restrita e concentração de renda — são a tônica da estrutura social do Brasil. Por essa razão, a gente tem essa tolerância, muitas vezes, na sociedade civil, com práticas autoritárias mesmo no regime democrático institucional.

O terceiro aspecto que eu queria trazer para essa discussão do genocídio é a ideologia de higienização que está presente em vários agentes responsáveis pela promoção da segurança.



O Prof. José Fernando Siqueira da Silva, na obra *Justiceiros e Violência Urbana*, fez uma pesquisa sobre o que pensam os justiceiros e policiais presentes na morte de jovens em São Paulo. São muito interessantes algumas falas que ele vai detectar disso. Um deles, um coronel da polícia que, inclusive, teve participação muito forte na época autoritária, disse o seguinte, abre aspas: *“tem que limpar desses bandidos, tem que limpar, que na periferia só os homens de bem que devem viver”*, ou outra: *“somos aqueles que têm uma teoria da defesa da vida, mas da vida do cidadão honesto, feita à semelhança de Deus, e não de presos mancomunados com belzebu”*, ou ainda: *“as nossas leis não se adaptam a uma dimensão pragmática, racional e lógica, e ficamos nós a enxugar gelo, sem nenhum resultado, e o crime fica a dominar a sociedade”*.

Essa última fala é interessante, porque mostra como um comandante de uma força policial considera que o Estado de Direito, expresso por um conjunto de leis e normas, é insuficiente e, portanto, em nome de uma ação em prol da segurança dos homens de bem se justificam ações praticadas ao arrepio da lei.

Eu queria trazer esses três aspectos e concluir com duas questões importantes, para que se reflita na Comissão. Primeiro, que o genocídio tem uma base material. Ele atende a uma sociedade de classes e a uma sociedade com concentração de renda. E é importante que se pense que é necessário, junto com a mudança da estrutura da segurança pública também que se promovam socialmente as populações que estão colocadas na base da pirâmide social.

A segunda questão sobre a qual eu queria fazer uma reflexão, é importante como consequência disso, é pensar as consequências desse genocídio. Além da questão da juventude, como falou muito bem a Bia, a gente tinha feito um estudo há muito tempo, há 10 anos, sobre a questão da feminização da pobreza. A gente observa que o perfil desse jovem morto pela polícia é o mesmo perfil do jovem que é excluído do ensino médio, que evade do ensino médio é o mesmo perfil do jovem que é filho de mães que chefiam sozinhas as famílias. Essa violência contra a juventude negra não só atinge a juventude negra, mas também as mães desses meninos, as mulheres negras, porque são elas que são obrigadas a reconhecer os corpos, no IML são maltratadas, são elas que são obrigadas a ficar nas filas dos



presídios e da FEBEM para visitar seus filhos e são elas que vão ter aumentado mais ainda a sua vulnerabilidade.

Fico aqui. São essas as minhas considerações. Agradeço pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Prof. Dennis de Oliveira.

Concedo a palavra a Joselicio Júnior, por 10 minutos.

O SR. JOSELICIO JÚNIOR - Sr. Presidente Reginaldo, Sra. Relatora, Deputados Jean e Davidson, autores do requerimento que garantiu esta audiência, eu queria destacar que para nós do Movimento Negro esta CPI é fruto de uma luta histórica. Ela tem um papel histórico importantíssimo. A gente não pode, em hipótese alguma, perder essa oportunidade de fazer um grande registro histórico e, acima de tudo, sair daqui com propostas muito concretas e objetivas para o Estado brasileiro, em relação a esse, que é um dos maiores problemas que estrutura as relações sociais no nosso País.

A denúncia sobre a violência praticada contra o nosso povo não é uma novidade. Desde o processo, como muito bem colocou o professor Dennis, desde o projeto abolicionista que se construiu no nosso País, que não integrou essa comunidade que foi espoliada por 350 anos da história do nosso País, o projeto superficial de transição que garantiu todos os privilégios das oligarquias que se consolidaram ao longo da história do nosso País e que se perpetuam até os dias atuais, produziu uma das maiores concentrações de riqueza e uma das maiores produções de desigualdade social, econômica e cultural na história do nosso País. E isso se reflete brutalmente nesse processo de violação de direitos e de violência praticada, principalmente, contra a nossa juventude.

Isso não é uma novidade para o movimento negro contemporâneo. Desde 1978, na fundação do Movimento Negro Unificado, já estava, na sua carta de princípios, a denúncia da violência praticada contra a nossa juventude nas periferias do nosso País. Na década de 90, a nossa juventude usou da cultura e produziu um grande diagnóstico, um grande relato do que se passava pelas periferias do nosso País, através da cultura *hip hop*, apresentando um grande relato, uma grande radiografia do que se passava pelas periferias, a violência que era praticada pelo Estado.



No final da década de 90, início dos anos 2000, temos o acesso aos dados estatísticos, ao *Mapa da Violência*, aos dados do DATASUS e a tantos outros mecanismos que vão comprovando aquilo que já vínhamos denunciando. Aquilo que ficava, muitas vezes, restrito às palavras do Movimento Negro ou das vítimas e também dos nossos MCs passa a se tornar estatística e provas cabais dessa violência praticada contra a nossa juventude.

A partir desses dados estatísticos, nós podemos ousar dizer que não se tratava apenas de algo factual ou algo episódico, um extermínio episódico, mas, a partir desses dados, nós podemos caracterizar que é um processo de genocídio praticado contra nossa juventude aqui no nosso País. Os números de jovens mortos no nosso País — os dados são abundantes, e esta CPI vem se dedicando, nesse último mês, a esses dados e a esses estudos — comprovam esse processo sistemático de violação contra essa juventude.

Nós temos hoje uma nova incorporação, digamos assim, que evidencia esse processo de genocídio, que é o uso das novas tecnologias. Então, hoje, os *smartphones*, os celulares que gravam, têm sido um grande instrumento para a denúncia desse processo de genocídio.

São nos casos exemplares que nós podemos tipificar e exemplificar aquilo que nós sabemos que acontece de forma sistemática. Isso chega ao absurdo de jovens filmarem a sua própria morte, como o caso do jovem que filmou a sua morte, no Rio de Janeiro. Um dos grandes embates que a gente vem travando no último período, que é o debate sobre a questão dos autos de resistência, as novas tecnologias têm sido um grande instrumento para desmistificar as versões dos inquéritos feitas pelos policiais no Cabula. É possível dizer, antes dos inquéritos, que foi uma intervenção militar por conta do uso de celulares. No próprio caso do DG, no Rio de Janeiro, outros casos de violência praticados em São Paulo, a denúncia tem sido antecipada. O caso, por exemplo, da chacina do Rosana, que matou o DJ, também foi fruto de uma denúncia feita por um possível revide a uma ação de filmagem de uma intervenção policial desastrosa. Então, é um novo elemento que traz à tona, que evidencia e que consegue, inclusive, furar o bloqueio midiático que tenta deturpar ou invisibilizar essas mortes. Mas, com as novas tecnologias, com as redes sociais, isso vem ganhando notoriedade e visibilidade muito importante.



Então, eu acho que esta CPI tem desafios enormes. Primeiro, nós estamos diante de um momento conjuntural muito complexo, em que a lógica e a cultura do medo e da violência vêm prevalecendo. Isso resultou numa correção de força no espaço de Poder Legislativo do nosso País muito desfavorável e muito adepta a uma visão retrógrada, na minha concepção de desenvolvimento social e de uma visão sobre a segurança pública no nosso País.

Temos um desafio gigantesco. Esta CPI tem um desafio gigantesco de romper com a ideia de que pensar a segurança pública é só pensar a partir dos agentes de Estado que estão na ponta.

Como a Jacqueline muito bem pontuou aqui, quando um policial saca uma arma é porque todo o sistema de segurança pública falhou. Infelizmente, nesta Casa, há um corporativismo que personifica a questão da violência somente a partir do agente policial na ponta.

Entendemos que a Polícia, dentro da estrutura do Estado brasileiro tem uma função social. Podemos dizer que os policiais não são racistas, mas a PM tem uma função social importantíssima de controle social. Onde o Estado não chega em sua plenitude, com a garantia da cidadania, com a garantia da educação, saúde, saneamento, ou seja, o bem-estar social que tanto se aclama na própria Constituição do nosso País, não se consolida na ponta. Como muito bem a Bia falou, a forma como o Estado chega na ponta, muitas vezes, é através, única e exclusivamente, dos seus aparatos repressores.

Muito me assustou quando algumas pessoas foram às ruas dizer que queriam intervenção militar em nosso País. Nós, moradores da periferia, já conhecemos a intervenção militar no nosso País. (*Palmas.*) Nós sabemos o que é intervenção militar em nosso País, porque, no nosso território, ocupam-se, invadem-se as nossas casas sem mandado, mata-se para depois perguntar se é culpado, encarcera-se de forma totalmente desproporcional. O próprio sistema judiciário também contribui para um alto índice de encarceramento da nossa população sem dar respostas.

Então, para nós, pensar a segurança pública é pensar um projeto de desenvolvimento para o nosso País, é pensar um modelo de desenvolvimento e de cidadania. Nesse sentido, nós ainda precisamos avançar muito. Eu acho que um grande exemplo disso é o que acontece no Rio de Janeiro a partir das UPPs. As



UPPs são um grande exemplo de que quando foi pensado o projeto, dizia-se: “*Não, primeiro, nós precisamos ocupar para depois garantir a cidadania*”. E o que nós estamos vendo é uma UPP dentro de uma escola pública. Esse é o resultado direto de uma proposta de militarização dos territórios sem um avanço concreto da cidadania e da garantia de direitos sociais para essas pessoas.

Não é possível a gente pensar um processo de redução da letalidade com o ajuste fiscal que vai ser votado daqui a alguns dias, ou talvez esta semana ainda. Hoje, vai ser votado o ajuste fiscal que tira brutalmente os direitos previdenciários em nosso País, um ajuste fiscal ou outro projeto, como a terceirização, que precariza as trabalhadoras domésticas, os trabalhadores que estão na ponta, na sua maioria, formados pela população negra.

Não é possível pensar um projeto de desenvolvimento e de integração da população negra. Como projeto, vejo aqui vários importantes lutadores que estão no Governo. Não é possível pensar um processo de desenvolvimento enquanto um programa tão importante como o Juventude Viva continuar sendo uma colcha de retalhos e não ter orçamento, não ter recursos para sua efetiva implementação em nosso País; ou a SEPIR ter um orçamento que, se dividido pelo tamanho da população brasileira, dá 50 centavos por ano por negro em nosso País. Não dá para pensar num modelo de desenvolvimento e noutro modelo de segurança pública reservando quase 46% do nosso orçamento para o pagamento de dívidas e amortizações da dívida pública do nosso País.

Não é possível pensar que o nosso País, enquanto o mundo, que tem uma brutal concentração de riqueza, tem 1% da população até o ano que vem com 50% da riqueza, no nosso País, 0,02% da população detém 46% da riqueza do nosso País.

Então, se não houver distribuição de oportunidade, distribuição de renda, um projeto de desenvolvimento de fato que inclua a população negra no desenvolvimento do nosso País, não será a guerra às drogas, a guerra à violência e essa cultura do medo que vai dar conta de um problema que é estrutural e central para a gente pensar outro modelo de sociedade.

Eu acho que é essa contribuição que o Círculo Palmarino quer trazer. Esta CPI tem um desafio enorme de construir um espaço histórico, altivo. Nós queremos



aqui reivindicar, assim como teve a diligência ontem no Rio, na próxima semana estarão em Salvador, esta CPI precisa chegar a São Paulo. Em São Paulo, há uma peculiaridade, onde, além da alta letalidade das polícias no seu serviço, no momento do serviço, nós temos fortes indícios de uma ação de grupos de extermínios, de grupos paramilitares que atuam inclusive, muitas vezes, a partir de interesses de pequenos comerciantes, de pequenos latifúndios, digamos assim, até mesmo dentro das periferias, para agir de forma contundente contra a nossa população. Esse é o braço armado do Estado, não fardado, mas operante nas suas ações. Isso vem resultando, como, por exemplo, há fortes indícios, na própria chacina no Pavilhão 9, na chacina, como o Orlando acompanhou lá, em São Luís, o próprio DJ e a chacina do Rosana, as chacinas que ocorreram na Vila Medeiros, na zona norte e em toda a região metropolitana. Isso vem demonstrando que há indícios fortíssimos de ações de grupos de extermínio no Estado de São Paulo e lá a gente vem se mobilizando.

No próximo dia 13 de maio, vamos realizar um grande ato em defesa das cotas nas universidades públicas paulistas, mas, sobretudo, também discutindo a questão da violência policial, a questão da redução da maioria penal que, para nós, é um retrocesso.

Só para concluir, eu tenho acompanhado todos os debates sobre a questão da redução e eu não consigo enxergar nenhum argumento que defende a questão da redução da maioria penal; não há nenhum argumento concreto que justifique, por estatísticas, por decisões contundentes, que provem que reduzir a maioria penal resolve o problema do nosso País. Pelo contrário, nós percebemos que isso se transformou numa grande bandeira ideológica dos setores conservadores que tentam hegemonizar o Parlamento brasileiro e que transformaram isso numa questão de honra. Nós, do movimento social organizado e as trincheiras que construímos com os nossos representantes aqui neste espaço devemos, com altivez, dizer “não” à redução da maioria penal, porque isso é um retrocesso e, mais uma vez, não resolve, pelo contrário, aguça o problema da violência, do encarceramento e da violação dos direitos contra a nossa juventude na ponta, que clama por democracia, que clama por igualdade de oportunidades e por um desenvolvimento real da nossa sociedade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Prof. Joselicio Júnior.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Inácio Silva da Rocha.

O SR. LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA - Boa tarde. Quem disse que o Lula não viria à Comissão? (*Risos.*)

Boa tarde, eu sou o Lula Rocha, sou do Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo e, depois da fala de todas essas feras aqui é difícil dar uma contribuição que vá além do que foi dito, mas a gente vai tentar aqui, a partir da nossa realidade concreta, da luta da juventude negra, seja no Espírito Santo ou de qualquer parte do País, também deixar aqui algumas considerações acerca desse tema.

Primeiro, quero registrar o nosso agradecimento, sobretudo ao Deputado Jean Wyllys, por quem eu tenho muito apreço, por nos ofertarem este espaço, nos possibilitarem este espaço. Em um tempo de tramitação de uma PEC que pretende reduzir a maioria penal, uma PEC demagógica; em um tempo de ataque aos direitos dos trabalhadores; em um tempo de aprovação de medidas que prejudicam a vida da população brasileira, ter um espaço aqui na Câmara como este é um momento estratégico para a gente reafirmar a nossa luta por mais direitos, por mais democracia, como o Juninho já disse.

Também é uma oportunidade de resgatar a nossa voz, como o meu irmão Hamilton Borges já disse aqui na semana passada. Muitas vezes, quando se debatia a redução da violência no País; muitas vezes, quando se debatia acerca da morte da nossa juventude, do nosso povo negro, nós mesmos não éramos ouvidos. Ouviam-se especialistas, ouviam-se gestores, ouviam-se operadores de segurança pública, mas a juventude negra não tinha oportunidade de também expor a sua visão a partir da sua realidade concreta.

Então, esta é, sim, uma oportunidade de resgatar a nossa voz e deixar aqui uma contribuição para um tema tão caro para o nosso País.

É inadmissível pensar no desenvolvimento da nossa Nação sem resolver o problema do genocídio da população negra, do extermínio da juventude negra. Então, esta CPI é um espaço histórico para a gente reafirmar e apontar alternativas concretas em relação a isso.



Gostaria de pontuar a minha fala. Eu sou militante lá do Estado do Espírito Santo, infelizmente um Estado que figura entre os primeiros no *ranking* de homicídios. Nós somos os primeiros em relação à morte de mulheres. Destas mulheres, grande parte são mulheres negras, são jovens negras. Somos um dos primeiros no *ranking* de homicídios de jovens negros e da população negra de forma geral. O nosso Estado enfrenta graves violações no sistema de medidas socioeducativas; responde a ação na OEA; o nosso Estado já apresentou e apresenta ainda fortes violações de direitos humanos no sistema carcerário, com presos esquartejados, o que também já foi denunciado aos organismos internacionais. Então, é desse lugar que a gente fala, e, a partir dessa realidade, gostaria de também contribuir com essa análise objeto desta Comissão.

Como foi dito aqui, nós não estamos tratando de algo que é conjuntural na sociedade brasileira. O racismo estrutura as relações sociais, e as mortes que advêm do racismo são algo maior do que algum factóide ou algo conjuntural. Desde quando ocupamos este território, fomos marcados por um processo de violência, por um processo de perseguição dos nossos corpos, que segue em vigor até os dias atuais.

Então, a gente não fala de algo conjuntural, mas, sim, de algo que estrutura as relações a ponto de determinar quem tem mais direito à vida e quem tem menos direito à vida. Portanto, a gente precisa também pensar saídas que sejam estruturais.

Nesse último período, tivemos, sim, avanços concretos no que diz respeito à inclusão da população negra. Nunca tivemos tantos jovens negros cursando o ensino superior; tivemos, sim, uma parcela significativa da população negra que conseguiu um aumento na sua renda. Enfim, tivemos outros avanços no que tange a garantia de direitos, mas, paralelo a isso, e paradoxalmente, a gente convive nesse mesmo período com um aumento da violência que vitima a população negra. Então, mesmo com o processo de inclusão, em determinada medida, de garantia de direitos, a gente vive um processo paralelo de aumento da violência contra a população negra.

Isso nos revela, como eu disse, que há um fenômeno estrutural nessas relações. Portanto, não vai ser apenas com políticas de ações afirmativas, com



políticas públicas que a gente vai dar conta de resolver esse problema, mas, sim, com reformas estruturais. E a primeira reforma estrutural que eu acredito precisamos avançar é a que diz respeito ao sistema de justiça criminal.

O sistema de justiça criminal, como tal, é feito para perseguir a juventude negra; é feito para perseguir a população negra, seja na fase inicial de inquérito, seja nos ritos iniciais de qualquer processo criminal. A gente não tem ainda a devida atenção. Se você for fazer uma comparação dos quadros da Defensoria Pública em todo o Brasil, vai perceber o déficit, seja nos recursos humanos, seja nos recursos naturais, em uma instituição que poderia ser fundamental para garantir o acesso à Justiça e evitar maiores violações de direitos em relação à população jovem negra; sem falar no Poder Judiciário que também, através de decisões viciadas, através de um olhar seletivo, ainda persegue e incrementa cada vez mais o nosso sistema carcerário, amontoando corpos negros em unidades em péssimas condições, onde esses jovens são submetidos a torturas, a maus-tratos e outros tipos de violações de direitos humanos. Enfim, é preciso urgentemente pensar numa reforma do sistema de justiça criminal do nosso País.

Obviamente, também precisamos pensar numa outra política de segurança pública, como já foi dito aqui. A gente não pode admitir ter a polícia que mais mata pessoas em todo o mundo; uma polícia que, infelizmente, mata mais do que países que possuem pena de morte aprovada no seu ordenamento jurídico. Isso não pode ser tratado como natural, isso não pode ser tratado como normal. É preciso pensar numa reforma do sistema de segurança pública, sobretudo ouvindo os movimentos sociais e as camadas populares. Não se pode pensar em reforma de segurança pública apenas ouvindo mais do mesmo, apenas adotando medidas que a gente já está cansado de saber que não vão resolver o problema da violência no nosso País.

Além dessas reformas que dizem respeito ao sistema de justiça criminal, à segurança pública, precisamos de outras reformas, como a dos meios de comunicação. A gente não pode permitir que os nossos jovens negros sejam humilhados cotidianamente, através desses programas vespertinos, ou através de qualquer outro meio que as mídias tradicionais, infelizmente, se utilizam para tirar a nossa humanidade, atacar a nossa dignidade. Falar de enfrentamento à morte de jovens negros é falar, sim, numa reforma radical dos meios de comunicação; é falar,



sim, de meios de comunicação que consigam transmitir o respeito à dignidade humana, que consigam preservar a nossa humanidade, e não atacá-la.

Como disse a Bia, falar de enfrentamento à violência contra a juventude negra é falar também de uma reforma política. A gente não pode admitir que nós, negros, ainda continuemos sub-representados nos espaços de poder; continuemos ainda a não ter as nossas vozes, a não ter os nossos posicionamentos garantidos nos espaços de decisão deste País.

Enfim, o que a gente traz aqui é que não há condições de enfrentarmos o processo de genocídio do povo negro no Brasil, de a gente enfrentar os altos índices de violência que recaem sobre a juventude negra, sem pensar nessas questões que são estruturais para o nosso País. A gente precisa, sim, avançar na adoção de políticas públicas, na implementação, por exemplo, do Estatuto de Promoção da Igualdade Racial. Mas isso, por si só, já se mostra insuficiente. É preciso dar outro passo, e esse passo vai ao encontro dessas reformas estruturais.

Por fim, como eu falei da realidade do Estado do Espírito Santo, como esta CPI já teve oportunidade de ir ao Estado do Rio de Janeiro e parece que tem previsão de ir a Salvador, e agora o Juninho também apresenta um pleito de a Comissão realizar uma diligência no Estado de São Paulo, a gente gostaria também de solicitar igualmente a atenção desta CPI para realizar uma diligência, uma audiência pública no Estado do Espírito Santo. É um Estado que enfrenta graves violações de direitos humanos, entretanto, tem lá um movimento social ativo, lutadores e lutadoras que poderão contribuir com os rumos desta Comissão, apresentando propostas que vão no sentido de colaborar com o objetivo final, que é o de pensar um relatório que consiga incidir concretamente nesses problemas que afligem a população negra neste País e que consiga também apontar alternativas concretas para o fim do genocídio, o fim do extermínio da juventude negra.

É isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra aos Deputados que estão inscritos. Pela ordem, o autor do requerimento, Deputado Jean Wyllys. *(Pausa.)*

O Deputado Orlando está fazendo aqui um pedido.



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente Reginaldo Lopes, meu querido Deputado Jean, hoje tem uma votação que eu, por exemplo, estou querendo que não aconteça, a da Medida Provisória nº 665, que trata de um assunto complicado. Então, não é falta de vontade de acompanhar todo mundo, mas se conseguirmos um limite, conseguiremos operar para que ela não aconteça. Deputado Jean, faço um apelo: sei que V.Exa. também está nesse combate, vai votar contra, ajude-me a ajudá-lo. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas concretamente é o quê, para a gente não estender a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ele quer 5 minutos para cada intervenção.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim, minha intervenção será breve, Deputado, pode deixar. Estamos na mesma frente de batalha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Quando diz assim, já vi: “*Serei breve*”. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu sou sempre breve e objetivo. Não fico fazendo prolação. Eu tenho perguntas concretas.

Dennis, pergunto primeiro a você. Você apresentou um documento da Escola Superior de Guerra de 1988, se eu não me engano. Esse documento deixa clara a ligação entre o *modus operandi* durante as duas décadas de regime militar e a prática e a ação das polícias, sobretudo da Polícia Militar — da Polícia Civil também, porque a tortura é muito praticada nas delegacias, mas sobretudo na Polícia Militar. Você também assistiu aqui a um embate, durante a votação dos requerimentos, em que há Deputados que negam isso.

Eu pergunto: de onde vem a resistência? Por que as pessoas resistem ao óbvio? Por que elas querem apagar a história? Será que elas não compreendem que só com memória, só com história a gente pode, de fato, reaver os males causados à população, sobretudo à população afrodescendente? Essa é a primeira questão.

Júnior, você fala do papel das novas tecnologias, e concordo com você. Mas esse papel é também ambivalente. A Internet está cheia de vídeos feitos por policiais militares, em que eles, numa expressão latente de racismo e homofobia,



fazem delinquentes ou pessoas acusadas de delito para se beijar, para fazer sexo oral uma nas outras, e depois colocam o vídeo dessas pessoas humilhadas nas redes sociais.

Se as redes sociais e essas novas tecnologias, por um lado, aprofundaram a democracia, por outro elas também viraram a expressão da barbárie. E elas inclusive dão conta do quanto a presença do Estado, através da ação das polícias, e quanto a ausência do Estado, quando este não dá políticas de segurança pública, educação, infraestrutura, enfim, tudo aquilo que constitui a cidadania plena, também contribui para a morte da juventude negra, porque tem quadrilhas trocando também imagens pelo WhatsApp de tortura e prática de violência bárbara uns com outros. Eu gostaria que você comentasse essa questão.

Jacqueline e Beatriz, as estatísticas mostram, por exemplo, que nos autos apresentados pela polícia de São Paulo, 97% das vítimas são homens, mas as mulheres são vítimas de uma violência, praticada também por essas forças repressivas, invisível. Ontem, lá no Alemão, a gente ouviu relatos de abuso sexual, de violências desse tipo contra as mulheres. Eu queria que vocês falassem disso, porque é uma violência que também não é catalogada. Os dados não levantam o quanto as mulheres são vítimas. A gente ouviu a Neusa Pereira, Presidente de uma ONG chamada Coisa de Mulher, e ela falou de como a mulher é estigmatizada por essas forças que ocupam os territórios, as periferias — “mulher de bandido”, “mulher de malandro”. Elas são estigmatizadas por isso e sofrem uma violência sexista por essa razão.

Você falou das concepções de inimigo. Existe uma concepção do que é o inimigo, da categoria suspeita que orienta a ação da polícia de São Paulo, porque a sua pesquisa focou na polícia de São Paulo. E fazendo uma ponte com que Lula — posso chamar Lula? — acabou de dizer, algo que eu já falei nesta CPI, há necessidade de uma reforma nos meios de comunicação, porque, na verdade, essas concepções têm a ver com um imaginário que é construído pelos meios de comunicação. Os meios de comunicação preparam o terreno ideológico, imaginário que justifica a ação da polícia. Então, queria saber se sua pesquisa vai por aí também, se você aprofunda na questão das concepções; de onde vêm essas concepções e se têm mesmo relação com os meios de comunicação, com as



representações que os meios de comunicação fazem da população pobre, negra e moradora da periferia.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães, coautor; depois Deputado Edson, Deputado Orlando e Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar os convidados pelas exposições, que foram extremamente ricas.

Nós vivemos uma situação contraditória no Brasil, mas não sem explicação. Nós melhoramos a inclusão social, e o problema da violência cresceu no Brasil; a desigualdade de renda diminuiu, mas se expandiu a violência, inclusive se interiorizou a violência no País, contra jovens, negros e pobres.

Fiquei atento aqui à fala dos diversos expositores, e concordo com essa visão de que há uma ideologia da higienização no Brasil. Compete também uma tarefa nossa. Nós discutimos muito a economia, mas não discutimos a ideologia. Nós perdemos essa batalha da comunicação não do ponto de vista apenas da informação, mas a batalha ideológica no Brasil e do Estado brasileiro.

Várias contribuições que foram dadas aqui, como a questão da tipologia do criminoso. Na outra audiência pública que nós tivemos aqui foi apresentada, inclusive, uma cartilha caracterizando o tipo de criminoso. Quer dizer, quando se ia ver, a caracterização do criminoso trazia uma visão completamente equivocada da realidade, portanto, numa demonstração de que isso é uma política central do Estado. Por isso é difícil o enfrentamento, porque ela está incorporada na sociedade do ponto de vista ideológico.

Quando se observa uma morte violenta — e precisa ser combatido todo o tipo de morte, de genocídio no Brasil, de homicídio — contra uma pessoa branca, de classe média, ou uma personalidade, a reação da população é completamente diferente da que se observa com relação ao genocídio que existe diariamente contra a população negra e pobre no Brasil.

Portanto, é um grande enfrentamento que nós precisamos fazer. Eu acho que a contribuição, inclusive, desta CPI é fazer esse debate político no Brasil. É nesse



debate ideológico que nós precisamos fazer esse enfrentamento, além de medidas concretas que permitam à sociedade enfrentar esse problema.

Por exemplo, nós vimos aqui o nosso Ministério Público. Por que o Ministério Público não tem a mesma prontidão e eficiência no combate à violência? Porque também o combate a essa violência contra os negros e pobres não repercute na sociedade do espetáculo que nós vemos nos grandes meios de comunicação. A eficiência com que se combate vários processos incrustados na nossa sociedade, isso aí não dá IBOPE, isso passou a ser trivial no Brasil. E a nossa estrutura da Justiça, essa estrutura do Ministério Público, é ineficiente porque também tem conteúdo de classe aí. Por isso é que nós precisamos fazer esse enfrentamento; acho que é um enfrentamento importante.

Os negros que estão envolvidos — teoricamente envolvidos —, jovens no tráfico de drogas devem ser eliminados, mas o caso do Perrella, em cujo helicóptero foi encontrada a maior quantidade de cocaína no Brasil, até hoje não se tem notícias disso; até hoje. Cadê as investigações, cadê o arretado Ministério Público, diria assim, nos termos da Bahia? Aí perde a eficiência, porque a eficiência também é a eficiência do espetáculo.

Portanto, eu considero muito importante essa visão que se está firmando. Eu acho que cada depoimento aqui firma mais a minha convicção de que o genocídio no Brasil contra os pobres e os negros faz parte desse projeto político.

Não tinha conhecimento desse documento da Escola Superior de Guerra, não é? E, aliás, o diagnóstico está certo. *(Risos.)* Agora, o remédio para o diagnóstico da pobreza, da inserção do Brasil na política neoliberal de exclusão social, quer dizer, é matar o pobre, e não resolver o problema da pobreza com inclusão social. *(Risos.)* Por incrível que pareça, olha a contradição aí apresentada.

Então, me parece que é uma contribuição importante e que nós devemos exatamente buscar essas medidas. E a nossa contribuição é, também, uma contribuição no sentido da denúncia e o enfrentamento ideológico a esse problema do extermínio dos negros e pobres no Brasil.

Portanto, quero parabenizar pelas exposições, que considero uma contribuição valiosa para o debate que está sendo travado nesta Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado Deputado Davidson Magalhães.

O próximo orador é o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente.

É uma lástima que hoje o Ministério da Educação tenha sido convidado para falar sobre seu Orçamento e, por dever de ofício, por ser membro efetivo da Comissão de Educação, tive que estar lá para vigiar os meninos da Oposição e para provocar o nosso Governo a cumprir com os nossos compromissos de uma Pátria Educadora. Não é simples, Sr. Presidente? Mas isso impediu que eu pudesse assistir as duas intervenções iniciais, mas tive o privilégio de acompanhar as duas últimas e ler o texto apresentado aqui pelo Prof. Dennis de Oliveira.

Primeiro, Sr. Presidente, eu estou muito marcado ainda pela primeira reunião, em que nós observamos o mapa da violência. Naquela reunião, o Prof. Jacobo apontou três questões que eu queria resgatar, e tenho feito isso em todas as reuniões, porque considero que... E com ilustrações, abordagens um pouco mais aqui, um pouco mais acolá, e nós temos girado...

Há três aspectos sobre os quais eu queria ouvir a fala dos nossos companheiros aqui da Mesa, porque isso vai repercutir no trabalho final da Comissão. Há três aspectos apontados como estruturais e que impactam a violência sobre a juventude que eu queria que as senhoras e os senhores comentassem.

O primeiro é o problema da impunidade. A impunidade é um fator que impacta no genocídio da juventude negra. Aqui apareceu, de outra maneira, a omissão do Poder Judiciário. Porque a impunidade, assim, como um conceito abstrato fica um troço... Não é? Mas a impunidade como subnotificação, em alguma medida, também causa fator que produz a impunidade, porque não se instrui adequadamente os processos. E, sobretudo, o papel do Judiciário, porque aí é responsabilidade do Estado. Quando é contra a juventude negra, a apuração é menor, a punição é quase nenhuma, não há investigação adequada. Primeira observação.

Segunda: o Deputado Jean tem pautado uma questão que o Prof. Jacobo aborda como a cultura da violência, que é um fator que repercute contra nós. E aí as mídias, os meios de comunicação de massa, seus programas sensacionalistas, seus estereótipos produzidos pelos folhetins, etc., têm um impacto que naturaliza a



violência, sobretudo contra determinados segmentos e parcelas da população brasileira.

E uma terceira observação, que dialoga com a primeira, evidentemente, mas que tem as suas particularidades, é o problema da tolerância institucional. É como se o Estado fosse complacente. Há aqui, sobretudo, o problema da ação da polícia. Esse é um fator principal, seja a partir dos autos de resistência, que são instrumentalizados para ocultar a ação brutal, brutalizada da polícia, seja no que eu chamei, na última reunião aqui, de permissão para matar. Porque, quando nós observamos essas chacinas recentes, tudo nos faz crer que haja uma participação direta ou indireta de forças policiais — no caso do Cabula, na Bahia, direta; em outros casos, indireta, ou na forma de milícias. Mas, em qualquer hipótese, há uma espécie de, entre aspas, “se é jovem negro da periferia há permissão para matar”.

Isso é muito grave, Sr. Presidente, e por isso eu queria ouvir comentários dos convidados, porque são fatores... Eu considero que esta CPI deve também buscar enfrentar determinados fatores, digamos assim, estruturais, sobretudo fatores que têm expressão no Estado brasileiro. Porque a legislação pode alcançar, pode inibir esse tipo de comportamento, de conduta de agentes públicos que têm responsabilidade, por ação ou por omissão, no genocídio da juventude negra.

E uma última observação, Sr. Presidente. Dialogando com... Eu considero que a Comissão... A nossa Relatora não está aqui presente, mas sei que S.Exa. será instruída desta reunião. Eu considero que, para além de todas as observações feitas, um aspecto, que diz respeito à chamada higienização, deveria ser levado em conta pela nossa Relatora. Porque isso é foco. Se isso for foco, se esse for o objetivo, isso tem que ser combatido, não é? Portanto, eu queria registrar, assim, como uma dica, digamos assim, uma sugestão, que a nossa Relatora pudesse se aprofundar um pouco mais nesse caminho para encontrar raízes, que são profundas não é — boa lembrança do Sr. Clóvis Moura; raízes que são profundas e que explicam a conduta do Estado e da sociedade brasileira no que diz respeito ao genocídio da juventude negra.

Muitos aqui que passam por esta Comissão são militantes do movimento negro. Os que falam, digamos assim, do lado de cá são militantes do movimento negro, e, por vezes, não têm a dimensão e a importância de esta Comissão concluir



que há o genocídio da juventude negra no Brasil. Essa é constatação que tem um peso histórico institucional importante para o desenvolvimento de políticas públicas.

Então, até aqui, as reuniões vão reafirmando essa tese.

Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando Silva.

Próximo orador, Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria solicitar a V.Exa. que incluísse nos autos...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Bacelar, permita-me uma satisfação aqui ao Juninho.

Eu pautei ao nosso Presidente e a nossa Relatora e nós estamos buscando a data para que nós possamos fazer, em São Paulo, uma atividade bacana. E já reivindiquei, o Presidente já me autorizou, que, no nosso caso, faríamos em algumas comunidades, porque eu acho que é importante ouvir nosso povo.

Desculpe-me, Deputado Bacelar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Estava vendo aqui. Quero combinar com V.Exa. para o dia 25 de maio.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Fechado?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Minha semana de aniversário vai ser uma homenagem... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Na luta; aniversário é na luta. *(Risos.)*

Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, especialmente eu queria solicitar a V.Exa. que autorizasse incluir nos autos da CPI matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* intitulada *Violência policial no Brasil foi naturalizada*. Tal matéria parte da análise da distância entre os protestos americanos e o silêncio brasileiro frente ao genocídio da juventude negra.

Eu, infelizmente, também pelas razões já expostas pelo meu colega, Deputado Orlando, só cheguei a partir do pronunciamento do Prof. Dennis. Então,



quero parabenizar os expositores e lamentar não ter ouvido os dois pronunciamentos anteriores.

Quando o Prof. Dennis falava, ele lembrou de um estudo que fez há cerca de 10 anos sobre a feminização da pobreza. Que era o quê? Mulheres que, em virtude de o chefe de família, pela irresponsabilidade paternal, ter abandonado a família, ou por morte, essa mulher, hoje, é mãe desse jovem que está sendo exterminado.

Professor, eu tenho visto na cidade onde eu moro, a cidade de Salvador, uma feminização da violência. Mas eu não sou especialista na área — eu já até abordei esse assunto aqui outra vez —, e queria saber do senhor se já tem algum estudo, se o senhor já estudou isso.

O que é que eu observo? Esse jovem, filho da mãe, o que o senhor chamou de feminização da pobreza, esse jovem de 16 ou 17 anos tem uma namorada, ou vive hoje com uma menina também dessa faixa etária. E o que é que eu tenho visto? Matam o jovem; meses depois, vão e matam essa menina.

Então, o que eu tenho notado é que tem crescido de maneira alarmante o número de jovens negras também vítimas do genocídio. Porque ouvíamos dizer que o genocídio tem cor, idade e sexo, e era muito um genocídio de jovem, do jovem. Hoje a gente vê o genocídio também da jovem negra.

Eu queria saber se já existe algum estudo, algum dado que justifique essa minha afirmação, para não ficar no ouvir dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Quero só dar uma pequena contribuição conceitual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A ideia de genocídio inclui as mulheres. O genocídio, em geral, não tem um gênero. Quando se fala em genocídio de uma etnia, de um povo, de um segmento, digamos assim, de uma população vulnerável, se está incluindo mulheres e homens, por diferentes razões — isso quando se refere a genocídio conceitualmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo orador é o Deputado Dr. Jorge Silva.



O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Presidente, boa tarde; boa tarde a todos.

Em cada reunião, em cada audiência pública que nós fazemos — eu entrei nesta CPI um pouco tardiamente —, vê-se uma realidade com os números, com os fatos, com as declarações que aqui são prestadas.

Nós fizemos parte da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas. Naquele momento, lá atrás, em 2012, eu pedi à Consultoria que fizesse um levantamento a respeito de algum trabalho publicado em relação ao número de homicídios no nosso País, principalmente de jovens. Para surpresa minha — eu tenho isso escrito —, não existia nenhum trabalho que relatava isso.

Eu dizia na época que, em função do número de homicídios — em torno de 50 mil por ano —, sendo a grande maioria desses homicídios de jovens, nós teríamos uma grande crise do ponto de vista social neste País. Nós estávamos com uma mão de obra... Teríamos um hiato de pessoas com potencial de trabalho no nosso País.

Ele fez esse levantamento e não encontrou nada que relatasse. Encontrou isso, um trabalho dos Estados Unidos, voltado também para a população negra. Eram os trabalhos que existiam...

Realmente, eu acho que estamos nessa situação. Eu acho que esse número, esse genocídio que nós temos aí, temos que discutir e aprofundar. Tenho certeza de que esta Comissão irá chegar a um denominador comum, avançando do ponto de vista de implantação de políticas públicas.

Só registrando, e não sei se foi o Luiz Inácio que falou, acho que é importante, na hora em que você fala, ter 45%, 46% do Orçamento para pagamento de juros da dívida. Então, é uma política, um modelo econômico em que você usa quase 50% do nosso Orçamento para pagamento de juros da dívida. Não sobra dinheiro para políticas públicas. É o que nós vemos na grande maioria dos nossos bairros: falta área de lazer, saúde de péssima qualidade, educação de péssima qualidade, ruas sem calçada e situações de moradias gerando condições propícias para que desencadeie, nessa linha, esse grande número de homicídios, esse genocídio que temos.



Falando com o Júnior, com o Luiz Inácio, nós estamos dando entrada em um requerimento para que possamos fazer uma audiência pública lá no Estado do Espírito Santo. Realmente, os números são alarmantes. Sempre o nosso Estado é *pole position* em relação ao número de homicídios, ao número de homicídios em relação a negros, a mulheres. Precisamos fazer essa discussão para ver se levantamos o astral, levantamos e passamos a ter políticas públicas para, realmente, sair dessa posição extremamente desconfortável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acho que não há mais oradores inscritos. Deputado Bebeto, que chegou; Deputada Mariana?

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - É só para registrar a presença aqui de um colega, o Agildo Costa, que está aqui presente. Ele é Secretário Municipal de Interior de Colatina, um Município lá do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Seja bem-vindo, Secretário.

Com a palavra a Deputada Mariana. Depois, o Deputado Bebeto.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Presidente, quero só registrar aqui meu pedido de desculpa por ter chegado agora. Eu também estava em outras Comissões, mas não poderia deixar de vir aqui prestigiar e agradecer a todos que vieram.

Não sei quem fez o comentário da necessidade de irmos às comunidades, ouvir e saber os relatos. Cada Município, cada Estado tem uma realidade diferente. Eu acho que o mais importante é saber realmente o que vem acontecendo e como acontece em cada região para podermos, assim, cada vez mais, tomar as nossas providências e fazer este trabalho da CPI andar e ter os resultados que tanto esperamos.

Então, agradeço a todos os que vieram, que tiraram o seu tempo e estão nessas lutas conosco para podermos fazer com que, cada vez mais, diminua essa violência dentro do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana.



Deputado Beбето.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente apresentar as minhas desculpas por não ter participado ativamente do debate que nos foi aqui oferecido pelas diversas lideranças presentes, pesquisadores, professores.

Eu sou assíduo nesses debates, e esta é uma Comissão que tem a ver com o que nós pensamos sobre a dignidade humana. Portanto, apenas para saudá-los, quero dizer que os painéis que nós temos realizado nesta Comissão a cada semana com pesquisadores têm reforçado para nós a representação de um discurso que vai desconstruindo, portanto, a ideia que se naturalizou em setores da sociedade de que a violência tem causas individualizadas.

Isso, a partir do debate que nós realizamos durante esses últimos dias, tem tido uma repercussão positiva na afirmação, na consolidação e na superação, sobretudo, da vala comum que nos tem sido apresentada por alguns conservadores em torno desse tema, de que é fundamental, que é essencial a promoção da dignidade humana, mas sobretudo ao combate à violência que grassa neste País e que, no seu recorte racial, tem cor; e tem, além da cor, um estrato social claramente identificado, que são os jovens negros e pobres.

A participação desses pesquisadores e professores nesses debates, sobretudo, nos ajuda a desvelar as raízes e a forma sistêmica com que se estabelece esse nível de violência contra a nossa juventude negra, e isso tem sido extremamente importante.

Portanto, eu quero saudá-los. Sei que, a cada participação, nós temos um debate extremamente qualificado pelas intervenções das diversas lideranças e pesquisadores, professores que aqui vêm, e estudiosos.

Quero, portanto, mais uma vez, parabenizar a Comissão e dizer que, para o dia 11, eu estou propondo um acréscimo à lista naquelas três mesas que nós estamos estabelecendo para o debate na Bahia. Conversando com o João Jorge, do Olodum, com os companheiros do Steve Biko e tantas outras lideranças que não estavam indicadas para compor o quadro de debates e de revelação dos problemas que nós estamos enfrentando não só na Bahia, mas também em todo o País, nós estamos propondo um acréscimo àquela lista na expectativa de que, na Bahia, em



função dos atos e dos problemas que nós temos enfrentado no Estado mais negro fora da África e que, lamentavelmente, os nossos jovens têm sido atingidos com um grau de letalidade muito grande...

Quero parabenizá-los e dizer da nossa satisfação de recebê-los aqui na nossa Comissão, contribuindo decisivamente para que possamos não somente desvelar a partir de uma radiografia, porque isso nós temos, mas também desvelar as raízes que estão estruturadas nessa hierarquização estabelecida pelo racismo brasileiro e a direção que tem sido apontada no genocídio da nossa juventude, porque ela tem causa, tem cor e tem, na estruturação dessa relação institucionalizada e desses elementos de permanência que ainda temos, essas condições que violentam a dignidade humana na sociedade brasileira. Portanto, vocês contribuem decisivamente para não apenas desvelar, mas também para dar a esta Comissão condições substantivas para ir se afirmando e construindo um caminho para chegar aos nossos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bebeto.

Quero agradecer pela organização do nosso encontro na Bahia, em Salvador, aos Deputados Bacelar, Bebeto e Davidson Magalhães, e também quero informar aos Deputados que desejarem participar que informem até amanhã, no máximo, para a CPI providenciar a ida de todos.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Presidente, só uma questão. Eu escutei que parece que no dia 25 vai haver sessão por causa da reforma política. Então, seria bom que isso fosse confirmado para não se agendar em uma data que seja votada aqui a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.K. Vamos olhar. Obrigado.

Vamos combinar aqui que eu vou passar a palavra para todos. Aí, respondem e fazem as suas considerações finais.

Com a palavra a Dra. Jacqueline Sinhoretto.

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Vou tentar ser muito breve.

O Brasil fez uma série de reformas no momento da transição política, durante os anos 90, e ainda está fazendo reformas que são importantes para a construção



da nossa democracia, para a consolidação da democracia, mas, de fato, na segurança pública e na Justiça criminal, foi um campo onde não houve reformas.

Então, o interessante seria comprovar o contrário: é que, sem fazer reformas, tem havido qualquer forma de descontinuidade nas práticas policiais entre 1870 e o presente, já que não houve reformas.

Quer dizer, a estrutura do Código do Processo Penal e a estrutura do Código de Processo Penal, que é o que orienta a ação civil e do policiamento ostensivo, sofreu a última reforma no Estado Novo. Certo? Então, de lá para cá, o policiamento militar teve uma reforma com o AI-5 e, depois, durante a democracia, nós não tivemos reformas na segurança pública e na Justiça criminal.

Na Justiça criminal a única coisa que a gente teve foi a criação dos Juizados Especiais Criminais. Então, de fato, isso pauta uma mudança, mas a mudança mais importante que houve foi essa, e a implantação de penas alternativas que rivaliza com o megaencarceramento.

Quer dizer, hoje nós tanto colocamos as pessoas sob controle de penas alternativas na mesma intensidade em que o encarceramento cresce. Então, quer dizer, o que precisa ser provado é que tenha havido ruptura sem que tenha havido uma reforma institucional.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Em todo o Brasil se aplicam tanto as penas alternativas quanto a de encarceramento?

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Hoje, já.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Já?

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - É um crescimento de aplicação de penas alternativas que a gente imaginava que iria reduzir o encarceramento, e não foi o que aconteceu. O Brasil hoje é o terceiro maior país que encarcera, rivalizando, em termos de transparência dos seus dados, com a China — não em termos de números, mas em termos de transparência. Quer dizer, a gente não sabe realmente se somos o terceiro ou o quarto, assim como a China também não sabe se eles são o segundo ou o terceiro. O padrão é o mesmo.

Então, quer dizer que as concepções sobre o criminoso e as concepções sobre o que funciona e o que não funciona em segurança pública estão defasados para o próprio padrão de constituição da democracia no Brasil. Ela é uma



democracia inacabada, ela é uma democracia incompleta, porque um campo importante das nossas instituições não foi reformado. Certo? E isso não é um esquecimento e, evidentemente, faz parte do processo de transição política, da transição negociada, lenta, gradual e segura.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Para o País. *(Riso.)*

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Sim. Não o é para a população e principalmente para a população negra.

Então, isto é muito importante de se pontuar: todos os estudos vão nos mostrar que não houve reforma no campo da segurança pública e da Justiça criminal.

Portanto, quando o Deputado Jean Wyllys pergunta sobre as concepções dos inimigos e a concepção daquilo que funciona ou não funciona em segurança pública, o fato é que nós estamos extremamente defasados a esse respeito. Existem academias de polícia que hoje ensinam uma criminologia do século XIX. Mas essa criminologia que é ensinada não está em contraposição com a instituição, porque a instituição é do século XIX. Portanto, ela só pode operar através de um saber coerente com aquilo que se espera do que seja a concepção de segurança que está subjacente às instituições policiais no Brasil.

Também o problema da feminização apareceu na fala de vários Deputados. No caso dos dados que eu trabalho, que são de violência policial, de mortes cometidas por forças policiais em serviço e reconhecidas — não as que estão fora das estatísticas —, de fato a participação das mulheres é pequena. Mas essa participação não é pequena num outro meu tema de estudo, que é o encarceramento. O encarceramento de mulheres tem crescido muito. E é o mesmo modelo: o modelo que mata muito é hoje o modelo que encarcera muito, que é o modelo do policiamento ostensivo, como eu falei. O policiamento ostensivo está na rua prendendo os jovens negros, mas também homens e mulheres.

Então, o encarceramento de mulheres cresceu muito mais do que o encarceramento de homens nos últimos anos. E ele também tem um perfil muito focado na questão das drogas, uma criminalidade que não é violenta, que tem a ver com a circulação de recursos que são ilícitos e que tem feito o foco do policiamento recair cada vez mais sobre as mulheres.



Também foi falada alguma coisa sobre não haver trabalhos que dimensionem quantos homicídios estão ligados às drogas. Isso ocorre porque nós não sabemos a causa dos homicídios. Na medida em que os homicídios não são investigados, não dá para sabermos a sua causa. O índice de esclarecimento de homicídios no Brasil hoje é de 3% a 8%. Então, não há estudos sobre homicídios porque não há investigação para saber quais são as causas, qual é o perfil dos autores. Nós sabemos o perfil das vítimas porque quem morre tem atestado de óbito. Mas não sabemos dos autores.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só uma questão: os processos não vão adiante por falhas na investigação, problemas na coleta de provas.

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Isso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Quer dizer, há uma falha processual. E por conta disso, a Justiça acaba devolvendo o processo, que não segue adiante.

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Tudo o que nós temos feito em termos de incremento do policiamento no Brasil tem redundado em crescimento do policiamento ostensivo: comprar arma, comprar viatura, comprar colete, comprar computador. Eu não estou falando que não tem que fazer isso, certo?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim.

A SRA. JACQUELINE SINHORETTO - Mas isso tem sido a prioridade. E a polícia investigativa e a reforma dos métodos de investigação, a reforma do Código de Processo Penal... Hoje a investigação é totalmente burocrática, é o acúmulo de um monte de papeis. Há duas polícias para fazer a mesma coisa: quem atende a ocorrência não é quem vai investigar; e quem vai investigar chega ao local da ocorrência depois que a Polícia Militar já chegou e, muitas vezes, modificou a cena do crime, no caso das mortes em decorrência de ação da própria Polícia Militar. Quer dizer, quem é que faz a investigação?

Daí há o problema dos autos de resistência. Até podem mudar esse termo ou dizer que não se pode mais escrever "auto de resistência". Maravilha! O Estado de São Paulo fez isso em 2012 e não utiliza mais esse termo. Mas a questão não é essa, a questão é saber qual é o corpo especializado e qual é a independência do corpo que vai investigar essas mortes.



Portanto, não se trata de não escrever no papel que é um auto de resistência. Trata-se de saber quem vai investigar, qual é a corporação e qual é a independência de quem vai investigar essas mortes.

Por último e para não me estender mais, eu enviei para a Secretaria da CPI, por *e-mail*, os documentos com os dados das três pesquisas relativas a isso em que trabalhei. Então, quem não pôde acompanhar a minha fala pode consultar os documentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dra. Jacqueline Sinhoretto.

Passo a palavra para a Beatriz do Nascimento, do Levante Popular da Juventude.

A SRA. BEATRIZ LOURENÇO DO NASCIMENTO - Eu queria começar dizendo que na próxima semana será o dia 13 de maio, data que teoricamente marca a abolição da escravidão no Brasil. Novamente o movimento negro registra que tem certeza de que a abolição de fato não ocorreu. O que existe no Brasil é um processo de abolição inacabado que, ao contrário do que falam — que é sobre a liberdade do nosso povo —, foi mais uma maneira de o Estado brasileiro marginalizar o nosso povo.

Eu só queria falar sobre essa relação entre Polícia Militar e Polícia Civil no Estado de São Paulo. O Deputado pergunta por que essa relação trava. É muito simples. A gente, por exemplo, nos últimos tempos, tem acompanhado alguns casos de violência policial que vão para frente. Em todos eles há alguma filmagem. Quando não há filmagem, o órgão especializado para apurar esse crime, que é da Polícia Militar, ao perceber que consta no laudo “resistência seguida de morte”, deixa de investigar.

Por exemplo, eu vou citar um caso em que já estava atestado que houve resistência seguida de morte. Só que o policial foi surpreendido 1 semana depois, quando o vídeo da execução que ele fez caiu na Internet. Foi aí que se pegou o processo de volta e passou a fazer alguma investigação.



Então, a gente percebe como a falha, às vezes, ocorre ali mesmo na delegacia, onde em São Paulo é chamado de Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa — DHPP. E ali mesmo a coisa se encerra.

Eu acho que tenho pouco tempo, por isso vou tentar ser mais rápida. Colocaram aqui os três aspectos: a impunidade, a cultura da violência e a tolerância institucional. Sobre a impunidade, eu acho que, infelizmente, os Deputados que estavam aqui, no começo da reunião, não entenderam qual é a relação dos crimes da ditadura militar com os crimes da democracia. Acho que justamente esta é a questão: a impunidade da Polícia Militar no nosso País tornou-se uma coisa que ela entende como verdade absoluta. Se na ditadura militar, num momento em que existia maior mobilização para cobrança dessas mortes, eles nunca foram punidos, imaginem agora. Então, eles se sentem com licença para matar.

A gente já falou bastante da cultura da violência. Mas, como foi falado da tolerância institucional, eu queria dizer que acho que a tolerância institucional tem outro nome: a naturalização da morte negra. Por exemplo, você não vê o País absolutamente chocado com uma mulher, mãe, sendo arrastada num carro da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O País, infelizmente, não recebe isso com choque. Eu acho que o nome disso é “naturalizou-se a morte do povo negro no nosso País”.

Por fim, para concluir mesmo, eu queria só voltar de novo à reforma do sistema político. Quando a gente fala que há necessidade de reforma do sistema político é porque entende que, inclusive, o extermínio da juventude negra está a serviço de um sistema político que tem relações com o que há de mais conservador e com o que há de pior na nossa sociedade.

O não enfrentamento por essas Casas do genocídio da juventude negra tem a ver com quem elas estão a serviço. Enquanto o nosso Congresso estiver a serviço de quem quer ver a juventude negra morta, quer ver a juventude negra presa, a gente não vai conseguir ter de fato uma mudança. E essa mudança tem relação, sim, com a reforma do sistema político.

Para a juventude brasileira hoje a reforma do sistema político é uma pauta prioritária, porque só conseguindo ter voz no sistema político é que a gente conseguirá de fato avançar no combate ao racismo brasileiro nas suas diversas faces.



Eu queria agradecer mais uma vez e dizer que eu confio nesta CPI e acredito que esta CPI, além de institucionalizar o genocídio, pode levar esse debate de maneira estruturada por todos os cantos do País.

Eu sou de São Paulo e reafirmo o convite do Juninho. Tenho certeza de que é bastante importante que esta CPI chegue até o nosso povo, que o nosso povo saiba que esta CPI está acontecendo e que o nosso povo, a partir de então, cobre resultados desta CPI. Eu acredito na boa vontade dos Deputados e confio naqueles que propõem e vêm construindo esta CPI, mas eu tenho certeza de que esta CPI é fruto da luta do nosso povo. Foi o nosso povo que lutou por tantos anos para colocar o genocídio da juventude negra em pauta. E agora que ele está em pauta, a gente tem que se colocar à frente desse processo, porque a autoridade para falar do genocídio da juventude negra, com certeza, é o povo preto e periférico, que está nas nossas periferias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Beatriz, pela contribuição.

Passo a palavra ao Prof. Dennis.

O SR. DENNIS DE OLIVEIRA - Respondo às perguntas começando pela pergunta do Deputado Jean Wyllys por que alguns resistiam ao óbvio, a respeito do documento da Escola Superior de Guerra. Eu me comprometo a tentar achar esse documento — não tive condições de achá-lo completo — e repassá-lo para a Comissão. Eu tenho só alguns trechos, que estão num artigo que produzi. Eu mudei de casa recentemente e estou com as coisas meio bagunçadas. Quando achar o documento, eu o reproduzo e mando aqui para a CPI.

Eu acho que nós temos que pensar uma repactuação da sociedade brasileira nesse processo de consolidação da democracia. Eu insisto muito nisso. O Brasil tem uma configuração de sociedade que é baseada neste tripé: concentração de riqueza, cidadania restrita; e violência como prática política recorrente. Esse é o tripé da sociedade brasileira desde o período da construção da República.

Nós vamos observar isso acontecer primeiramente quando pegamos o primeiro período da República brasileira, o século XIX e o século XX. Os textos dos principais intelectuais que pensavam a República brasileira, que pensavam as perspectivas do País, colocavam que o problema do Brasil era a composição étnica



da população brasileira, a existência de muitos negros e indígenas na população brasileira. E a partir disso, pensou-se o branqueamento como política de Estado no Brasil. A questão racial era vista como um entrave para o Brasil se desenvolver.

Isso é muito interessante porque tem conexões, por exemplo, com o projeto do milagre brasileiro, da modernização brasileira na ditadura militar. Qual era o problema? Você moderniza o País, mas mantendo sob a batuta do autoritarismo as classes perigosas, mantendo aquela estrutura de poder.

Por que eu estou pegando esses dois aspectos aqui? Para que possamos entender a violência como prática recorrente. Trata-se da ideia da concentração de renda. E isso exige uma repactuação do Estado brasileiro, para que possamos observar, por exemplo, não só a questão das impunidades e tudo o mais, mas que a Justiça brasileira é muito lenta, muito morosa quando vai tratar de um trabalhador que reclama seu direito, mas é muito célere para a reintegração de posse de propriedades ocupadas por movimentos sociais. No dia seguinte, está lá a liminar e está lá polícia para retirar os ocupantes. É muito interessante isso.

Nós observamos que, a partir disso, a concepção militar de segurança pública também é consolidada. Eu, por exemplo, sou professor da USP. No passado, a Reitoria nomeou uma antropóloga, a Profa. Ana Pastore, para coordenar um grupo para pensar a segurança interna do *campus* universitário. Ela ficou 9 meses e foi demitida por telefone, porque queria pensar a segurança a partir de uma dimensão não repressiva, o que desagradou alguns setores. E no seu lugar foi colocado um coronel reformado da Polícia Militar.

Então, essa concepção de se pensar a segurança apenas pela ótica militar da guerra e do inimigo está recorrente e é consolidada. Isso faz parte um pouco dessa constituição da sociedade brasileira. E eu acredito que é importante que se tenha isso como referência para entender que, para consolidar a democracia, é necessária uma repactuação do Estado brasileiro, que se pense numa reforma profunda do Estado brasileiro, não só das instituições policiais e judiciárias etc.

Na minha concepção, é uma excrescência existir Polícia Militar numa democracia. A segurança pública não é uma tarefa militar. Tarefa militar, pela sua natureza, é o combate ao inimigo. E cabe ao policiamento, até a última instância, pelo que percebemos, dar segurança aos cidadãos.



E vejam que — é interessante isso — até a própria formatação da polícia e o treinamento do policial vêm numa ótica que é prejudicial ao próprio policial. Inclusive há várias denúncias de maus-tratos e abusos nos treinamentos dos policiais, pela forma de se criar um sujeito violento, que segue a ideologia da violência e da destruição quando vai a campo. Essa concepção, que é extremamente complicada, nós percebemos que está presente ainda nos vários gestores públicos.

Então, que repactuação é esta que temos que pensar? Manter de fato essa ordem mesmo, manter uma democracia institucional de 30 anos, em que, apesar de tudo, temos direito a voto ou temos liberdade de expressão? Liberdade de expressão significa o quê? Um cara que vai à televisão e defende que se prenda bandido ou, então, aquela maluca daquela jornalista, a Sheherazade, que acha bacana algemar um menino no poste e que é chamada aqui, inclusive, para depor na Comissão da Maioridade Penal? É essa a liberdade de expressão em que estamos pensando? Pensamos no monopólio de uma rede de comunicação ou pensamos de fato que todas as vozes cidadãs têm direito a expressar sua opinião? Queremos dar expressão a uma Justiça morosa para certas coisas e célere para coisas que defendem o capital?

No Brasil há aquela ideia interessante de que existe lei que pega e lei que não pega. Eu tenho divergência em relação a isso. A lei que pega no Brasil é a lei que protege o capital. Ponto. Esta pega. A lei que protege o cidadão não pega, tem dificuldade de pegar. A lei que protege o capital é muito rápida, pega rapidinho. Incentivos fiscais, por exemplo, são aplicados na hora. Não há nenhum problema.

E as leis que protegem o cidadão? Por exemplo, a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da história da África no Brasil, é aplicada, 12 anos após ser promulgada, em apenas 35% dos estabelecimentos oficiais de ensino no Brasil. A lei que criminaliza o racismo no Brasil já tem 27 anos. Quantos foram presos por racismo? Eu não conheço nenhum até hoje, após 27 anos de vigência dessa lei.

Então, é uma questão muito complicada observar como a natureza da democracia brasileira está nesse sentido. Por isso nós — a minha entidade, o Coletivo Quilombação e o Círculo Palmarino, que também concorda com isso — temos essa palavra de ordem de que, 30 anos após, a democracia não chegou à



periferia. A periferia ainda vive um estado de sítio permanente. Então, eu acredito que essa questão é fundamental.

E aí temos que achar mecanismos pontuais que nos possibilitem pensar nisso. Eu trouxe esse documento da Escola Superior de Guerra para nós pensarmos sobre ele porque, do meu ponto de vista, também é uma coisa muito complicada uma instituição que foi a ideóloga de um regime mais autoritário possuir um documento destes para intervir nas eleições, sendo que este documento ficou praticamente secreto, ninguém discutiu nada dele. E mais do que isso, ele ainda orienta as ações em segurança pública de vários governos. A portaria do Ministério da Defesa, de 2013, num governo democrático, popular, de esquerda, etc., demonstra muito bem isso, pois ela esquematiza como as Forças Armadas devem assegurar a segurança pública.

Eram essas as questões que eu queria trazer. Só quero chamar atenção sobre a criminalização da pobreza. Eu não tenho dados sobre isso, Deputado Bacelar, mas acho que a Profa. Jacqueline já apontou alguns dados interessantes. Eu só queria destacar o seguinte: o perfil desse jovem negro que está sendo assassinado coincide, por exemplo, com o do jovem negro que está saindo da escola do ensino médio. Os dados mostram que é o mesmo perfil: é o perfil do jovem negro que é filho dessa mulher que está criando a sua família sozinha.

E é muito interessante ver que os dados do Ministério do Desenvolvimento Social mostram que 85% dos beneficiários do Cadastro Único e do Bolsa Família são mulheres negras. Ou nós pensamos em políticas para resolver esse que, no meu ponto de vista, é o nó central da exclusão social do Brasil, ou vai ser impossível pensarmos em democratização do Brasil.

Preocupam-me, só para concluir, algumas falas que houve aqui, antes das nossas intervenções, sobre a questão da Comissão da Verdade, etc. Eu queria lembrar que, no ano passado, eu fiz parte do júri do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, quando compareceu o advogado que defendeu o Vladimir Herzog, o primeiro caso em que o regime militar foi responsabilizado pela morte de um preso político — eu não lembro qual o nome do advogado do Vladimir Herzog. E na ocasião ele comentou o seguinte: se nós não julgarmos os crimes da ditadura e colocarmos de fato um ajuste de contas em relação a eles, esse aparato



repressivo constituído na ditadura militar vai continuar e vai se voltar não mais contra preso político, mas contra a população da periferia, que é a nova classe perigosa aos olhos do regime.

Então, esta é a questão em que nós temos que pensar: ou colocamos efetivamente um ajuste de contas, com uma concepção militarizada de segurança pública e de sociedade que não foi constituída, mas fortalecida no regime militar, ou não há democracia no Brasil plenamente.

Obrigado. Agradeço o convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Prof. Dennis.

O próximo a falar é o Joselicio Júnior.

O SR. JOSELICIO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu só queria fazer uma consulta: a CPI pode requerer a íntegra desse documento à Escola Superior de Guerra? Eu acho que, de repente, poderia ser um encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim. Eu já pensei em apresentar esse requerimento.

O SR. JOSELICIO JÚNIOR - Eu acho que é um documento ímpar. *(Riso.)*

Eu acho que o Deputado Davidson Magalhães colocou uma questão muito importante: que nós, de certa maneira, perdemos muito do debate das ideias no último período, no campo ideológico da disputa do conjunto da sociedade. E mesmo aquilo que ele coloca como uma ascensão — ascensão esta que nós relativizamos e que agora o ajuste fiscal, por exemplo, coloca em xeque —, essa pequena ascensão que ele coloca não foi combinada com a disputa de valores e de ideias. E você vê que mesmo aqueles que acessam programas sociais, acessam as universidades a partir dessa movimentação que houve no último período, foram ganhos por valores conservadores que, de certa maneira, justificam a composição que o Parlamento ganhou em parte.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Foi uma inclusão norteadada pelo consumo, não pela educação.

O SR. JOSELICIO JÚNIOR - Exatamente. Então, foi cirúrgico.

E nesse sentido, quando o Deputado Orlando Silva coloca aqui os três elementos importantes da violência, eu acho que falta um quarto elemento, que é justamente a questão econômica e social. Como o Prof. Dennis coloca aqui de forma



muito nítida, a concentração de riqueza, a cidadania restrita e a cultura da violência estão imbricadas nesse processo de aumento da violência. Isso, em certa medida, justifica essa contradição que o próprio Deputado Davidson Magalhães coloca. Então, não incorporar o elemento econômico e social na análise não nos permite aprofundar nas causas da violência. Só pensar a partir dos aparatos repressores é uma determinada visão, que limita compreender o todo do problema da violência.

Deputado Jean Wyllys, eu, assim como você, sou muito a favor das novas tecnologias. Eu acho que elas são um grande instrumento de empoderamento, de denúncia e de visibilidade. Agora, eu acho que os abusos têm que ser investigados e têm que ser punidos — todos os abusos. Sobre o próprio caso Verônica, só foi possível termos esse dado porque os policiais ousaram filmar aquela brutalidade contra ela. Então, ao mesmo tempo em que isso serve de troféu, também serve de denúncia. Existe essa mão dupla. Agora, nós precisamos construir mecanismos a partir do Estado que regulem, que investiguem, que incorporem essas novas tecnologias inclusive como provas e como elementos que ajudem o empoderamento e a construção.

Eu estava lembrando aqui vários casos em São Paulo. Por exemplo, houve aquele camelô que foi assassinado por um policial. Só foi possível dizer que houve um assassinato porque estavam filmando. E houve vários outros casos, como o da própria Cláudia, de que falaram aqui, etc.

Então, eu acho que nós temos de fato que incorporar esse lance das novas tecnologias.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Você tem toda razão. Eu te fiz a pergunta só por provocação, pois eu acredito muito mais no potencial democrático das novas tecnologias.

Quero lembrar aquele episódio do *Jornal Hoje*, que exibiu uma matéria em que o policial havia prendido delinquentes e afirmava, categoricamente, que um rapaz o tinha enfrentado e que ele tinha atirado porque o rapaz havia oferecido resistência à prisão. E depois imagens feitas por um celular, de cima da laje, mostraram que ele atirou no cara covardemente. Depois de o ter rendido e algemado, ele lhe deu um tiro na perna. Então, foi essa imagem que permitiu desmontar a tese do policial e desmascará-lo publicamente.



O SR. JOSELICIO JÚNIOR - Exatamente. Eu acho que, se você pegar os grandes e últimos casos, foi possível desmascarar todos a partir das novas tecnologias. Então, eu acho que é um dado novo e interessante para ser incorporado nas nossas análises e também nos processos investigativos.

No mais, eu quero agradecer o convite e parabenizar a CPI. Eu acho que nós estamos diante, como disse no início, de um momento histórico, de uma oportunidade talvez única. Acho que nós temos que potencializar o máximo essa oportunidade de fazer uma boa análise e criar um registro histórico importante, uma radiografia da conjuntura política, econômica, social e cultural que se desvela nessa violência praticada contra a nossa juventude e, obviamente, propor ações concretas e contundentes.

Eu acho que, como o Dennis e a própria Jacqueline sinalizam, não é possível pensarmos num regime de polícia militarizada, não é possível pensarmos que os aparatos de Estado tenham autorização para matar — como os autos de resistência, que não são só uma questão de nomenclatura, mas de toda uma estrutura jurídica —, não é possível pensarmos nessa superação da violência sem enfrentar o debate das drogas, que o Deputado Jean Wyllys vem muito bem debatendo aqui na Casa.

A guerra às drogas não deu certo em nenhuma parte do mundo. Então, nós precisamos rever essa concepção, porque ela é um subproduto desse processo de genocídio contra a nossa juventude.

Portanto, parablenzo todos pela condução desta CPI. Nós nos colocamos à disposição inclusive para ajudar a construir a visita da CPI a São Paulo. Colocamos os nossos movimentos, organizações e articulações que vimos construindo nos últimos anos a serviço desse processo investigativo aqui da CPI.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Joselicio, pela contribuição.

Só quero registrar, a partir da sua provocação, que o pensamento quase majoritário da CPI é de que possamos ter dois momentos. Como nós sabemos que este é um espaço muito importante nessa temática, queremos que ele possa realmente ser democrático.



Então, a partir desse primeiro momento em que nós vamos ter essa série de audiências, visitas a casos emblemáticos, oitivas, diligências e audiências nos Estados, nós teremos um momento de relatórios, não conclusivos, mas preliminares. Para quê? Para que possamos, ouvindo as vozes das ruas, onde a vida pulsa, voltar às ruas, aos movimentos, aos senhores e senhoras que são convidados aqui, para que possam dar uma opinião em relação aos projetos preliminares. Eu acho, inclusive, que a nossa proposta ganha mais força se for legitimada por todos os movimentos e pesquisadores, a sociedade civil.

Eu acho que a democracia brasileira, depois das manifestações de junho e de julho, é uma democracia mais horizontalizada e menos verticalizada. É legítima a nossa representação. O Brasil é muito grande, e temos que ampliar a participação de todos neste Parlamento, que ainda é de poucos. Mas a democracia representativa é o instrumento e é necessária.

Portanto, por sabermos que nós representamos e não substituímos, queremos fazer uma segunda rodada. É evidente que nós vamos depender da articulação política — não é, Deputado Bebeto e Deputada Mariana Carvalho? —, para que o Presidente possa prorrogar a CPI. Senão, nós não vamos ter condições de submeter todos esses relatórios ao debate. E com certeza, ao serem submetidos à sociedade, eles voltarão pra cá, no formato de projeto de lei ou, então, de indicação do Executivo, muito melhores do que o nosso único olhar.

Então, é esse o compromisso que está no roteiro de trabalho que foi aprovado por todos os Deputados. Eu estou falando em nome daqui da CPI. É essa a intenção dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Sr. Luiz Inácio “Lula” da Rocha. *(Risos.)*

O SR. LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA - Rapidamente, devido ao adiantado da hora, eu quero reafirmar que, como nós entendemos que o problema do genocídio é algo estrutural, ele precisa, para ser enfrentado, de reformas estruturais. Mas não são quaisquer reformas. Não há como construir reformas estruturais sem a participação popular, sem a participação daqueles que estão lá sofrendo com esse monopólio dos meios de comunicação, com a falta de acesso à Justiça, com a falta de representação política nos espaços de poder.



Então, nós reafirmamos que, para enfrentar o problema do genocídio do povo negro no Brasil, precisamos de reformas estruturais, Mas não são quaisquer reformas, são reformas que venham da população e que ouçam o clamor daqueles que estão lá na ponta, sofrendo com diversas questões que advêm dessas mazelas sociais enfrentadas cotidianamente.

Por fim, uma coisa que me incomoda é quando se diz que o Brasil é o País da impunidade ou que a impunidade agrava o problema da violência. Acho que, na verdade, o que há no Brasil é uma punição seletiva, porque nunca se prendeu tanto no País como agora. Outro dado que a Profa. Jacqueline traz é a falácia de que as penas alternativas iram resolver também o problema da violência, pois elas ampliaram o poder punitivo do Estado e também não deram conta de resolver pequenos conflitos que poderiam ter sido resolvidos. Então, o que temos, na verdade, é uma punição seletiva. E precisamos melhorar e enfrentar exatamente isso.

Hoje, jovens que são pegos com pequena quantidade de drogas são submetidos a 5 anos, 8 anos de cadeia. Enquanto isso, políticos e empresários, que sonegam impostos e que cometem crimes administrativos, passam ao largo de qualquer punição, passam ao largo de qualquer responsabilização. Então, o Brasil não é o País da impunidade, ele é o País da punição seletiva. E temos que problematizar isso.

Por fim, quero agradecer também a oportunidade. Como eu disse, foram poucos os momentos em que tivemos, por nossa própria voz, a oportunidade de fazer um debate e de estar num espaço deste, debatendo um tema que diz respeito às nossas vidas. Debater o genocídio do povo negro, a violência que se abate sobre a nossa juventude negra, é debater questões cotidianas. Quem de nós, infelizmente, nunca teve um parente morto, nunca teve um vizinho submetido à tortura, nunca teve um familiar humilhado ao tentar acessar o serviço público?

Então, debater esse tema do genocídio diz respeito à nossa vida. Nós fazemos isso com muita dor, mas também com muita esperança de conseguir, um dia, superar esse problema de fato e — aí, sim — viver num país verdadeiramente democrático, onde não sejamos subjugados pela cor da nossa pele.

Muito obrigado e boa noite! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer ao Luiz Inácio, ao Joselicio, ao Prof. Dennis, à Jacqueline e à Beatriz. Recebam o nosso eterno agradecimento. Muito obrigado mesmo pela belíssima participação e pela contribuição aos trabalhos da CPI.

Quero agradecer aos Deputados que estão aqui e a todos que passaram por aqui: Deputado Jean Wyllys, Deputado Bebeto e Deputada Mariana Carvalho, nossa Vice-Presidenta. Aos assessores, imprensa e consultores o nosso muito obrigado.

Vou encerrada a presente reunião, antes, convoco reunião deliberativa pra quinta-feira, às 9h30min e também audiência pública. Então, até quinta-feira, às 9h30min.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.